



Anais da Assembléia

03

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE JANEIRO de 1987.

ANO XIII

SEMINÁRIO

"A CONSTITUINTE E O PODER LEGISLATIVO" REALIZADO EM 28 DE JANEIRO DE 1987

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Declaro aberta a sessão dando continuidade ao nosso Seminário: A Constituinte e o Poder Legislativo.

Solicito ao nosso Secretário que faça a leitura de um comunicado aos Senhores novos Deputados, da Comissão especialmente organizada para receber os novos Parlamentares.

O SR. ELOY MEZZADRI - Comunicado aos Senhores Deputados: "A comissão especial encarregada dos atos preparatórios à recepção e entrosamento dos Deputados eleitos para a próxima Legislatura comunica:

1. - O prazo para entrega dos diplomas para averbação vai até o próximo dia 30;
2. os diplomas deverão ser entregues na Secretaria para a necessária averbação."

Comissão dos novos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Nós teremos hoje, a palestra do Professor Reginaldo Fanckin, sobre o Processo Legislativo. Eu prefiro não dar o currículo do Professor Fanckin, mas, apenas dizer que, realmente, é a autoridade para falar sobre o Processo Legislativo. Além de várias obras publicadas sobre Direito, os seus conhecimentos como jurista, e como ex-Diretor da Casa é realmente autoridade para falar sobre o assunto.

Assim, vamos passar a palavra para que o Professor Reginaldo Fanckin, faça a sua exposição, e depois nós abriremos o debate para que o questionamento de perguntas e de dúvidas que os Senhores Parlamentares tenham a fazer.

Com a palavra, o Professor Reginaldo Fanckin.

O SR. REGINALDO FANCKIN - Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, eminentes Deputados que, pela primeira vez se apresentam nesta Casa, como representantes do povo paranaense, demais assistentes presentes, colegas, funcionários.

Agradeço as referências do nosso ilustre Presidente, a respeito dos meus títulos, que não são tantos assim, apenas o de ter passado por esta Casa, na condição de funcionário, e ter assimilado juntamente com os demais colegas, e com os Deputados que por aqui passaram, os conhecimentos que a vivência e a atuação no campo do Di-

reito Político nos pôde proporcionar. Este é o único título com o qual me apresento perante os Senhores.

Quero também parabenizar a Comissão Executiva pela iniciativa que teve de promover este Seminário, no sentido de dar uma acolhida condizente aos novos Deputados, e confraternizá-los com os Deputados que se mantiveram reeleitos, oferecendo-lhes assim, algum instrumental capaz de facilitar-lhes o início das suas atividades nesta Casa.

É verdade que, muitos já tem experiência parlamentar, sei que muitos, pois conheço os que já foram vereadores, inclusive na Capital, e municípios de grande porte, e até de pequenos municípios; prefeitos que têm também uma grande participação no processo legislativo, e assim, já têm uma vivência bastante íntima com o procedimento e formação da lei.

Eu, tendo feito estas observações preliminares, queria antes de aferir o tema da elaboração legislativa, dizer alguma coisa que todos sabem, mas apenas para dar seqüência orgânica àquilo que vamos expor, acentuar que no sistema constitucional brasileiro vigente, há repartição territorial de poderes; pela União, pelos Estados e pelos Municípios. É uma forma de repartição territorial ou espacial de poderes. Entre a União e os Municípios situa-se o Estado, praticamente sem nenhum poder; porque o que não é competência designada especificamente para a União, se inclui naquela expressão genérica que a Constituição Federal utiliza no artigo 15, do peculiar interesse do Município. Então, o que não for competência enumerada da União, praticamente se insere entre as competências do peculiar interesse do Município. E os poderes residuais são os poderes do Estado, praticamente nenhum.

Portanto, a faixa de competência legislativa do Estado é muito estreita, bem mais estreita que a do Município e muito mais estreita que a da União.

Mas, temos então, a repartição territorial ou espacial dos poderes do Estado Nacional; temos uma repartição normativa. A Constituição Federal estabelece o que é matéria da lei, o que é matéria da Emenda Constitucional, o que é matéria da lei complementar, o que pode ser matéria delegável através da lei delegada e, por isso, a Constituição já faz, no seu bojo, a distribuição normativa dos poderes normativos. Existe, então, na Constituição Federal uma segunda repartição de competência que é a competência normativa. E uma ter-

ceira repartição de poderes, ou repartição de competência, que é a funcional nos célebres Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo. Esta é a repartição através de funções - da repartição de atribuições.

Portanto, temos aí uma tríplice repartição elaborada no próprio seio da Constituição: a repartição espacial pelos três entes do Estado Nacional - União, Estados e Municípios -; a repartição normativa, pelos diversos degraus legais que a Constituição estabelece; e a repartição funcional dos Poderes no Legislativo, Judiciário e Executivo.

A nós interessa, no momento, tratar da repartição funcional no tocante ao Poder Legislativo. Somos Poder Legislativo e sobre ele então, vamos dizer que o Poder Legislativo tem basicamente três funções: a de fiscalização, a de assessoramento e a legislativa.

A função de fiscalização - ou função financeira - é a função básica do Poder Legislativo porque ela está na própria raiz do Poder Legislativo; o Poder Legislativo nasceu da necessidade do povo conter o poder de tributação dos monarcas, na época das monarquias absolutas antes da Revolução Francesa.

Então, o Poder Legislativo, de certa forma, tem muito que ver com a função financeira e, conseqüentemente, com a fiscalização da execução do Orçamento e a fiscalização do emprego do dinheiro público. Esta é uma das funções essenciais básicas do Poder Legislativo.

A segunda função seria a função de assessoramento - a função que se exerce através da tribuna, no Grande Expediente, onde o Deputado, representando a sua região, representando os seus eleitores, faz pronunciamentos de caráter político-partidário, faz pronunciamentos de natureza social, de natureza econômica, pedindo ao Governo o redirecionamento da sua atuação naquela região, e por isso então, ele é um assessor da atividade executiva do Poder Executivo. Essa atividade de assessoramento parece-me uma das funções principais hoje do Poder Legislativo. Primeiro, porque a Constituição vigente retirou praticamente do Poder Legislativo a participação na elaboração do Orçamento, e dificultou enormemente, por falta de condições materiais de equipamentos e de elementos à fiscalização da execução orçamentária, tendo que tomar conhecimento de todos os elementos da aplicação do dinheiro público através do chamado parecer do tribunal de Contas, que é um órgão mais ou menos estranho dentro da tripartição dos Poderes, que ora se insere como auxiliar do Poder Legislativo, ora pretende uma certa autonomia, muitas vezes, através dos seus membros, pretende ser um órgão judiciário,

mas de qualquer maneira tem sido, ao longo da história da sua criação, aquele instrumento de que poderia se servir o Poder Legislativo para exercer essa função fundamental de controle da aplicação dos dinheiros públicos. Esta função, portanto, financeira, está praticamente esmaecida pelo centralismo do processo executivo nas mãos do Governo.

Chamado governo que é o Poder Executivo. A função legislativa, também é uma função em declínio, com o Parlamento ou as Assembléias no início do sistema representativo quando a Revolução Francesa proclamou o poder como fundamental, para o equilíbrio do poder, o Poder Legislativo tinha uma missão legislativa muito importante que consistia na declaração dos direitos e na explicitação dos direitos fundamentais do homem, através de leis orgânicas, de leis básicas onde se definiam direitos e obrigações. Mas, hoje, praticamente toda essa legislação já se encontra completa, sobretudo no caso dos Estados que têm uma faixa legislativa muito estreita. Então, essa legislação esse processo legislativo visto como a produção da lei no sentido clássico de instauração de normas gerais e abstratas, esta função declinou para dar lugar à legislação de lei de natureza eminentemente técnica. São leis que dizem respeito mais à vida financeira do Estado do que propriamente à definição dos direitos fundamentais do homem, ou, à dedução das premissas acertadas no capítulo da declaração dos direitos fundamentais do homem.

Por isso, a função legislativa sofre, hoje, um grande declínio, restando a meu ver, a grande função de assessoramento de que em grande parte o Poder Legislativo é dependente do poder de imprensa, que seria, como dizem muitos, o quarto poder é que teria a missão de levar a público tudo aquilo que se diz na tribuna. Seja da esquerda, do centro, ou da direita, seja da situação ou da oposição, a imprensa deveria levar toda esta visão de diagnóstico e de soluções para, através da opinião pública, pressionar o Poder Executivo a se comportar, a realinhar os seus projetos e os seus programas segundo o sentimento popular do qual a Assembléia é realmente uma caixa de ressonância, em virtude do colegiado ser originário dos diversos pontos, das diversas regiões, dos diversos municípios do Estado.

Vejo, particularmente como esta, a grande missão do Poder Legislativo, hoje. Menos do que fazer lei, menos do que tentar conseguir a fiscalização da aplicação dos dinheiros públicos, a de assessorar via imprensa, através da opinião pública, a atuação do Poder Executivo que, na verdade, é quem comanda todo o processo eco-

nômico e social no estado de bem-estar.

Muito bem, nesta perspectiva, cumpramos, então, tecer alguns detalhes a respeito de como se faz o processo legislativo, de como se elabora a lei. Apesar de que esta não é - a meu ver - a função principal do Poder Executivo dentro da conjuntura histórica que vivemos. Eu gosto sempre de acentuar que faço a apreciação do processo legislativo de um ponto de vista puramente objetivo. Eu não estou preocupado em como ele devia ser, eu me preocupo em como ele é, como ele devia ser é um problema dos Parlamentares e dos políticos, enquanto ele for assim, nós, especialistas, nós, os técnicos em direito político, temos que nos limitar a explicitar aquilo como se encontra.

Em segundo lugar, gosto sempre, até arrostando alguma incompreensão, de dizer que o atual processo legislativo não é fruto do Governo Revolucionário de 1964. Não é uma sombra do autoritarismo. O processo legislativo da Constituição de 1964 e da Constituição Federal de 1967, e da Emenda n.1 de 1969, resulta de uma modernização que coincidiu com este processo autoritário de vinte anos atrás. Mas, tudo o que se inseriu no processo legislativo que hoje conhecemos, que muitos atribuem ao fruto da Ditadura, ele está recomendado como conclusão de trabalhos realizados por uma comissão de juristas nomeados pelo Ministro Nereu Ramos, no Governo Juscelino Kubitschek, em 1956, cujos membros, possivelmente, não seriam do Partido da Revolução de 1964. Isto porque Santiago Dantas, Carlos Medeiros Silva, mais Antônio Gonçalves de Oliveira, Francisco Brochard da Rocha e Hermes Lima, inclusive foi cassado como Ministro do Supremo Tribunal, e eles não teriam possivelmente participação no processo político nesses vinte anos. Mas, grande parte do processo legislativo é extraído das conclusões desta Comissão de Reforma Constitucional que, na época, não prosperou. Inclusive, o procedimento abreviado, isto de limitar a determinado tempo as iniciativas do Poder Executivo.

Por isto, independentemente de qualquer equação político-partidária, mas analisando objetivamente tal como se encontra no Direito Positivo brasileiro, o processo legislativo não é muito mais autoritário do que aquele que se encontra nas Constituições italiana, portuguesa, francesa ou na espanhola, sendo esta Constituição, a coqueluche agora na fase pré-Constituinte. E mais uma vez, parece que vamos copiar mais uma Constituição.

Em todo caso, feita esta ressalva, podemos dizer que o processo legislativo se exprime, no Paraná, e reproduzindo a Constituição Federal, através do artigo 23, nos degraus normativos representados

pelas seguintes espécies: emenda à Constituição, leis complementares à Constituição, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A Emenda à Constituição é o procedimento através do qual a Assembléia Ordinária se torna Constituinte. Não um Poder Constituinte originário, absoluto, mas um Poder Constituinte derivado, chamado de segundo grau por Pontes de Miranda. Consiste na atualização da Constituição, segundo a mutação das condições objetivas que a sociedade apresenta. Ninguém pode pretender que uma Constituição seja perpétua, a não ser uma Constituição seca, como a Constituição Norte-Americana, que tem poucos artigos. Mas, as Constituições de natureza programática, como são as Constituições brasileiras e as Constituições modernas, estas Constituições necessitam de revisões periódicas. E no Brasil, esta instabilidade constitucional tem o seu lado positivo, porque é na procura de uma fisionomia definitiva no Estado brasileiro é que as emendas constantes ao Código Constitucional, poderão se definir.

Não acho, mas as constantes alterações da Constituição, desde que elas representem alguma demanda popular, alguma demanda pública, alguma necessidade nacional, alguma necessidade estadual e se faça através dos seus legítimos representantes. Isto até é bom porque num País jovem como o Brasil à procura de afirmação, ainda com problemas estruturais a solucionar, evidentemente terá que ter na sua cúpula legislativa, na sua cúpula constitucional, a repercussão de toda esta busca, de toda esta trepidação, de toda esta engenharia que a sociedade procura no sentido de constituir uma verdadeira Nação com personalidade própria, e assim, necessita também, instituir as suas leis básicas, as suas instituições que correspondam a essas necessidades, a essa sua fisionomia.

A Emenda à Constituição é uma instância especial dentro da instância ordinária. O legislador ordinário, que outorga título de cidadão honorário, quando vota o processo de reforma da Constituição, ele se torna um constituinte, embora limitado pelas balizas do que o constituinte originário lhe deixou, porque ele tem que respeitar o procedimento que a própria Constituição exige para que ela seja reformada, e os tempos e os prazos para que essa Emenda seja aprovada.

Esta é, portanto, a primeira espécie legislativa de que se ocupa o legislador estadual. A segunda, é a lei complementar à Constituição.

Há uma certa dificuldade na definição

do que seja lei complementar à Constituição e lei ordinária. O que caracteriza uma lei complementar seria o quorum. Na verdade, a lei complementar é sempre aprovada por quorum de maioria absoluta dos membros da Casa. A lei ordinária é aprovada pelo quorum de maioria simples presente 1/3 dos membros da Assembléia. Temos uma lei, por exemplo, que é a de criação de cargos no Poder Legislativo, que a Constituição exige seja aprovada por maioria absoluta, mas não é uma lei complementar.

Portanto, não é o quorum que qualifica a lei complementar. Então, o que a qualifica é a designação da Constituição que determinada matéria se transforma em lei, através do processo da lei complementar. É bastante simples. O que é uma lei complementar? É aquilo que a Constituição diz que é uma lei complementar. Não há outra forma científica, teórica, de configurar e que seja uma lei complementar, mas há muitas leis complementares que a Constituição estabelece como, por exemplo, as chamadas leis básicas: a Lei Orgânica dos Municípios, o Estatuto dos Servidores do Estado, o Estatuto do Ministério Público, o Estatuto da Polícia Civil, o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, o Estatuto do Magistério, o Código Sanitário, a Lei Orgânica do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais e agora, vem aí outras leis de caráter estrutural, incluídas nesta categoria pelo voto preliminar da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Aqui, este inciso do artigo, dá aos Deputados uma competência bem ampla, que é a de decidir se determinada matéria pode ou não ser objeto de lei complementar e assim, ela só poderá ser modificada através de outra lei complementar com quorum elevado, que é a maioria absoluta dos membros da Casa - não dos presentes - dos membros da Casa. Portanto, um quorum elevado e isto significa ao arbítrio da maioria absoluta da Casa.

Qualquer matéria de competência do Poder Legislativo pode ser convertida em lei complementar, dependendo do voto da maioria absoluta. Isto é uma particularidade a se levar em conta, porque se se deseja a estabilidade de determinada legislação, a Assembléia poderá elevá-la à condição de lei complementar.

A lei ordinária é a terceira espécie legislativa. O que é uma lei ordinária? A lei ordinária, no sistema constitucional brasileiro, é aberta a toda a matéria que não seja cativa de outra espécie legislativa, por exclusão. O que não é emenda constitucional, o que não é matéria própria da lei complementar, o que não é matéria do decreto legislativo e nem da resolução, é matéria de lei ordinária.

Portanto, a lei ordinária abrange todo

o universo legislativo, normativo, desde que não esteja já capitulada na órbita de competência de outra espécie legislativa, assim determinada, denominada pela Constituição.

A lei ordinária se produz através de um processo básico que nós vamos ver daqui a pouco. Estamos falando sobre as espécies legislativas. A delegação legislativa vai para o Executivo legislar ou a delegação interna para uma comissão da Assembléia estabelecer a lei e enviar diretamente à sanção.

Isto é uma técnica bastante moderna que as Constituições européias usam bastante, a da delegação legislativa e que aqui no Paraná, ainda hoje não se fez nenhuma vez o uso desde 1.967, com o advento da Constituição de 1.967, nenhuma vez fez delegação legislativa; o que se tem feito é delegação legislativa ilegal; delegando poderes ao Executivo sem que estes poderes possam ser delegáveis, porque as Constituições Federal e a Estadual repete, o seguinte: os Poderes são três; o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, e define a função de cada qual e proíbe qualquer tipo de delegação, salvo as exceções previstas na Constituição. Quais são as exceções? A da lei delegada. Então, a Assembléia pode delegar, é o que se chama lei de moldura. A Assembléia pode delegar ao Executivo para legislar a respeito de determinada matéria e pode, pela resolução que faz a delegação, dar os traços gerais da legislação e o Poder Executivo então, que tem os elementos técnicos para complementar a delegação, pode, exercendo essa delegação, elaborar a lei e publicar. Pode, na delegação, a Assembléia pedir que se retorne, que o Executivo retorne ao Legislativo, para então, uma vez elaborada a Lei delegada ser reapreciada pelo Poder Legislativo. A delegação interna, consiste na delegação do Plenário para uma comissão legislar a respeito de determinada matéria.

Então, esta comissão, um microplenário - que deve ser, como consequência da representação proporcional dos partidos, essa comissão vai elaborar a lei que sem voltar para o Plenário, encaminha para sanção.

Esta é uma técnica que se usa nos Parlamentos europeus, para evitar exatamente o desgaste do Legislativo, porque a delegação de poderes, retém no Poder Legislativo os fundamentos, as linhas gerais, aquilo que é a essência da vontade do legislador e deixa ao Executivo, no uso do seu assessoramento, dos seus elementos técnicos, de todas as suas informações, estatísticas, etc., a competência de completar a moldura, de preencher aquela baliza que o Legislativo lhe atribuiu. Esta é uma técnica bastante usada nos Parlamen-

tos europeus e que aqui no Brasil, não encontrou ainda ressonância, porque em geral os Executivos possuem maioria dos Legislativos e essa maioria tranqüila dá ao Executivo a possibilidade de aprovar a sua legislação segundo os seus interesses, suas conveniências públicas interpretadas segundo a ótica do Poder Executivo. Isto seria a lei delegada.

Os decretos legislativos, tratam de matéria de competência exclusiva do Poder Legislativo, com repercussões externas, isto, muitos que foram vereadores e prefeitos vão estranhar. A Assembléia Legislativa do Paraná tem um regimento obsoleto; o Regimento é de 1.952, e não trata do decreto legislativo. O decreto legislativo na Assembléia Legislativa, é destinado a disciplinar matéria administrativa, nomeação de funcionários, coloca funcionários à disposição através de decreto legislativo, constitui gabinete de Deputado, etc, etc., são matérias de natureza puramente administrativa. No entanto, é uma espécie legislativa de competência do Plenário e que tem a finalidade, por exemplo, se o Governador requer licença para se ausentar do Estado ou do País, esta autorização é competência exclusiva do Poder Legislativo, mas ela não se circunscreve aos interesses da Corporação. Ela tem efeito externo. Por que? Porque ela autoriza o Chefe do Poder Executivo a se ausentar do Estado ou do País.

Então, esta vontade legislativa se expressa através do decreto legislativo e o nosso Regimento Interno é omissivo, ignora a figura do decreto legislativo.

A resolução, tanto quanto o decreto legislativo, regula a matéria de competência exclusiva do Poder Legislativo, com efeito interno, que esgota o seu efeito nos quadrantes do Poder Legislativo. É a licença para o Deputado tratar de interesses particulares ou de saúde, é a aprovação de determinadas matérias que têm apenas interesse interno. Portanto, a resolução se esgota, o seu procedimento se esgota com a votação final.

Há autores, inclusive, que entendem que a resolução nem mesmo necessita de publicação para ter eficácia, porque os seus destinatários são os próprios deputados que a elaboram, e que, portanto, não necessitam tomar conhecimento daquilo que decidiram e que lhes diz respeito, através de uma publicação oficial.

A diferença, portanto, entre o decreto legislativo e a resolução está em que a competência é sempre exclusiva da Assembléia, mas o efeito do decreto legislativo é exterior aos limites do Poder Legislativo; ao passo que a resolução disciplina matéria de competência exclusiva do Poder Legislativo, mas que se exaure nos limites

estritos da Casa de Leis.

Estas, portanto, são as diversas espécies legislativas, através das quais a vontade do Legislador se consolida, se positiva no Direito Estadual Brasileiro.

Feito isto, nós, então, podemos, para não nos alongar, passarmos a rápidos passos, ao longo de cada uma das fases de elaboração legislativa.

A Constituição denomina "processo legislativo" aquilo que resulta da produção de uma norma geral e abstrata. Geral e abstrata - o título de cidadão honorário, norma geral e abstrata. Essa definição de lei é uma definição clássica da época em que a burguesia tomou o poder através da Revolução Francesa, e prendia o Estado em atividades mínimas. Era uma visão contratualista que a burguesia tinha da sociedade, como classe ascendente. Nós sabemos, a burguesia fez a revolução comercial através das descobertas marítimas, no ciclo das descobertas marítimas, se apossou do poder econômico e industrial, através da Revolução Industrial em 1850, mais ou menos, e tomou o poder político em 1789, através da Revolução Francesa.

Claro, tinha uma visão mínima de Estado, porque se opunha ao Estado absorvente das monarquias autoritárias. Então, a aspiração, o ideal da classe ascendente era de que o poder fosse o mínimo que governasse o menos possível, e que as pessoas contratassem livremente, porque, cada qual agindo segundo a reta razão, resultaria, tudo isso, no bem-estar da coletividade.

Era o dogma da ideologia burguesa que, evidentemente não deu certo, mas, que, ciclicamente retorna. E nós estamos - desculpe, eu ia ficar só no processo legislativo, mas a convivência com os políticos me faz às vezes desviar.

Só para completar. Hoje, nós estamos assistindo, por oposição a um período em que o Estado interveio bastante na economia e na sociedade, e até demais em certos setores, através da censura, etc., a uma aspiração de Estado mínimo, de Estado de braços cruzados. Estamos agora, praticando um neo-liberalismo pretendendo que o Estado se retire dos espaços que ocupou durante esses últimos anos. Como nós sabemos, esta pode ser uma pretensão dos países super-desenvolvidos, onde a sociedade já está, pela saturação, necessitando de algumas revoluções. Mas, o Brasil como um país sub-desenvolvido e que precisa da atuação complementar do Estado, falar em retirar o Estado das suas atividades fundamentais, das suas atividades básicas, é querer retroagir a uma concepção liberal muito antiga e que nada tem a ver com a nossa realidade brasileira.

Essa concepção de lei como produção de norma geral e abstrata, corresponde a esta

visão anacrônica em termos de Brasil. Hoje, as nossas leis se caracterizam pela sua formalidade, isto é, porque foram produzidas pelo Poder Legislativo.

Mas, nós não podemos identificar uma lei pelo seu conteúdo porque não sabemos o que é uma lei. Sabemos que a lei é aquilo que representa a vontade do Poder Legislativo, através do chamado processo de elaboração legislativa. Isto é a lei. Não temos como identificar a lei. Porque tanto o título de cidadão honorário ao Sr. Fulano de Tal é uma lei, como uma lei tributária que afete a propriedade individual e coletiva, também será uma lei.

Então, não é pelo seu conteúdo, mas pela sua forma. Esta definição, portanto, corresponde a uma visão antiga e que está retornando também juntamente com a pretensão de que o Estado se afaste para então a livre contratação resolver todos os problemas sociais.

Este processo legislativo é um conjunto, de atos que conduz ao resultado final, ao produto final que é a elaboração da lei, da emenda à Constituição, da lei delegada, do decreto legislativo, da resolução, portanto, da vontade do Parlamento.

Nós temos a fase preliminar, a fase instrutória e a fase constitutiva do processo da elaboração legislativa.

A fase preliminar nós poderíamos dizer, que ela começa quando o deputado pensa na lei, quando ele imagina que alguma coisa tem que ser feita em termos de lei, isto é, em termos de obrigar o Poder Público a proceder de determinada forma em algum lugar ou em relação à determinada circunstância. Aí começa a primeira fase, a fase preliminar, e vem então a iniciativa propriamente dita. O que é a iniciativa?

A iniciativa é a formalização da idéia articuladamente, em linguagem jurídica, numa folha de papel para que tramite pelo Poder Legislativo e se converta em norma jurídica.

Esta iniciativa na nossa Constituição pode ser exclusiva ou concorrente. Iniciativa exclusiva é quando a Constituição diz que só o Poder Judiciário pode propor o projeto de lei de organização judiciária. Só o Poder Legislativo pode propor a criação de cargos na sua Secretaria. Só o Poder Executivo pode propor projetos de que resultem em aumento da despesa pública. Isto é competência exclusiva.

Competência concorrente é aquela matéria em que não há domínio exclusivo, privativo ou reservado, tanto pode ser iniciativa do deputado, da comissão, como dos Poderes seja do Executivo, seja do próprio Judiciário o que não é comum, mas seria um campo comum, neutro, de quem chegasse primeiro a propor. Então, essa é a competên-

cia comum ou concorrente, ao contrário da competência reservada. A respeito disso existe uma certa hipertrofia da competência exclusiva do Poder Executivo.

O Poder Executivo pode, de certa forma, ser tido como o comandante do processo legislativo. Ele detém a maioria das iniciativas porque dificilmente teremos iniciativas que não impliquem em aumento ou diminuição da receita pública. E isto cai na órbita do Poder Executivo, além do procedimento abreviado que é a faculdade do Executivo fixar um prazo para o Poder Legislativo resolver a respeito das suas propostas.

Mas há uma certa hipertrofia. Por outro lado, existe uma justificativa desta hipertrofia no comando legislativo, e que não é também, como disse, uma invenção dos últimos vinte anos; não estou fazendo defesa de ninguém, mas é uma proposta desta Comissão de Juristas, até pela cor do livro dá para ver a idade - 1956, pois nesse ano, já se propunha este procedimento abreviado. Por que? Porque os Congressos, não é o caso da Assembléia Legislativa que é um colegiado pequeno, mas os grandes colegiados são verdadeiros mastodontes, quando se trata de deliberações rápidas, para as quais o Executivo tem necessidade de soluções também rápidas; há a luta parlamentar, há o problema da obstrução parlamentar, há o problema das oposições partidárias, há o problema das oposições programadas, tudo isso leva o Poder Executivo a perder determinadas oportunidades de solução, boas ou más, para determinados problemas sociais que são urgentes. Daí então, a explicação para esta hipertrofia das iniciativas em favor do Poder Executivo, que me cabe discutir, mas fica o registro de que há realmente uma certa hipertrofia, mas que há também uma certa justificativa a ser analisada com maior atenção. Essa, portanto, é a questão das iniciativas, a iniciativa reservada e a iniciativa comum.

Temos aí, então, a fase preliminar. Em segundo lugar vem a fase instrutória. A fase instrutória é a fase em que o projeto, depois de apresentado, é instruído pelas diversas Comissões Técnicas Permanentes, da Casa. Essas Comissões, como já acabamos de ver, tem previsão constitucional e a sua composição traduz a representação partidária do Plenário. Essas, portanto, são microplenários, e estudam tecnicamente e oferecem parecer. Os pareceres das Comissões são meramente de orientação, não se vota aqui o Parecer, vota-se o projeto, e o mesmo pode ter todos os pareceres favoráveis e ser rejeitado no plenário. O parecer da Comissão não vincula o voto do Deputado, no plenário. Na Comissão, o Deputado, atua como assessor do Plenário;

evidente que dentro de uma certa coerência, o relator, que ofereceu um Parecer favorável não vai votar contrariamente à Proposição a qual ele ofereceu o Parecer favorável, mas não significa que tendo votado a favor, numa Comissão, o Deputado tenha que manter o seu próprio voto a favor, no plenário. No Plenário a instância é soberana, dentro da sua competência portanto, os Pareceres das Comissões são meramente ilustrativos, e as Comissões devem, devidamente assessoradas, na verdade, carrear para os projetos, sobretudo para os originários do Poder Executivo, os elementos materiais, as informações, os dados, as estatísticas que, efetivamente conduzam o Deputado a uma definição a respeito da matéria, sobre dados objetivos e concretos, para emitir um voto seguro. Esta é a função básica das Comissões. É a função instrutória. Dependendo da matéria ela passa por duas, três, quatro, cinco Comissões. Não é de boa técnica, já que falamos em refazer o Regimento Interno, que é talvez uma das tarefas desta Legislatura, porque não é possível a Assembléia funcionar, com o atual Regimento Interno, com o rendimento que se espera dela, a de que o número de Comissões não deve ser muito elevado, porque isto embaraça o procedimento legislativo, e nós, que ficamos lá fora, que somos opinião pública, e assistimos pela televisão, vemos pelo jornal e sentimos os efeitos da legislação como povo; percebemos que o desgaste do Poder Legislativo resulta em parte da sua morosidade nas decisões. E muitas Comissões Técnicas embaraçarão o procedimento legislativo, porque dentro das Comissões Técnicas também existe o problema da obstrução, o problema da protelação, e aquela questão de falta de quorum, etc., e tudo isso é prejudicial para a imagem do Poder Legislativo perante a opinião pública, já que este Poder é vítima de uma notória má vontade dos meios de comunicação. Não há dúvida de que isto num novo Regimento, as Comissões devem ser necessárias para cobrir as diversas áreas de atuação do Poder Executivo e que digam respeito às matérias aqui deliberadas. Muitas Comissões embaraçarão o procedimento do Legislativo, mas esta é a fase instrutória. É a fase de elucidação daquilo que vem para Plenário. Vindo para Plenário então, temos duas fases fundamentais: a fase da discussão e da votação; são praticamente interligadas a discussão e a votação, isso é um problema regimental. Claro, a nossa Constituição, até o final do ano passado, estabelecia três discussões para os projetos de lei, para os projetos de resolução, para as leis delegadas, etc. Ora, é só o Paraná e o Piauí que prevêem três discussões para as deliberações do Plenário.

Recentemente, por participação minha houve uma mudança na Constituição e a exigência das três discussões foi retirada da Constituição. Portanto, não há mais exigência constitucional, visto que a Constituição Federal também não exige nenhuma discussão; ela exige que a matéria seja discutida e votada. Isto é matéria de competência regimental, mas o nosso regimento continua prevendo três discussões e três votações. Não é possível que um título de cidadão honorário seja apreciado por três vezes; será possível que o Deputado precise de três oportunidades para pensar bem se vai dar ou não o título de cidadão honorário? O Congresso Nacional, as duas Casas, a Câmara e o Senado votam apenas uma vez, uma só discussão. Se houver emenda pode ser, há requerimento do plenário para uma segunda discussão, até no caso de emenda substitutiva que são chamados substitutivos, mas é uma emenda substitutiva geral, então vem para uma segunda discussão porque, claro, na primeira discussão houve matéria nova, então tem que voltar à Comissão para que esta ilustre a matéria inovada. Isso é o máximo que se deve permitir. O Poder Legislativo para não ficar com três discussões e uma quarta que aqui na Assembléia se faz é a de redação final, quer dizer, é muita discussão, é muita votação para matérias que muitas vezes não exigem maior exame.

Então, este é outro ponto frágil do funcionamento do Poder Legislativo do Estado: é a previsão regimental de três discussões e mais a quarta, quando há emenda em terceira, e uma quinta por causa da emenda da redação final, quer dizer, dá para ficar uma semana votando o título de cidadão honorário, o que é muita coisa.

Quanto aos quoruns, a regra geral é a da maioria dos presentes, quer dizer, havendo um terço dos Deputados é aberta a sessão, então há quorum para deliberar. Essa é a regra geral, mas há determinadas matérias para as quais são exigidos quoruns qualificados, que é o caso da lei complementar de maioria absoluta, e há o caso do veto, por exemplo, que são dois terços dos membros da Assembléia. A nossa Constituição fala dos presentes, mas ela discrepa da Federal porque a federal exige dois terços dos membros da Casa, portanto, é um quorum mais elevado. É outra vantagem do Executivo, porque para se rejeitar um veto é reaprovar o projeto há necessidade de um número bem elevado de Deputados para votar.

Terminado o ciclo deliberativo, na fase ainda constitutiva da lei, temos a sanção: aí então, o Legislativo termina sua função e passa para o Executivo. É uma característica do processo legislativo brasileiro, o Executivo fazer parte. Ele vota

no processo legislativo; a sanção é um voto do governante, seja do prefeito, seja do governador, seja do Presidente da República. Ele vota, e a sanção equivale ao seu voto. Sancionado, está completado o ciclo do processo legislativo, e temos a lei. Não obrigatória, porque não está publicada, mas com a sanção ela já existe. Ela só se torna eficaz, em termos jurídicos ao ser publicada, mas, a sanção já converteu em lei o que era projeto em Lei.

A sanção pode ser tácita, como pode ser expressa. A sanção tácita é aquela em que o Executivo deixa transcorrer o prazo para vetar ou para sancionar, em silêncio, uns quinze dias úteis, deixa transcorrer o prazo, e no 16. dia, 17., ou 18. publica como lei. O silêncio como consentimento, é um princípio geral do nosso Direito Positivo.

Ele pode fazer a sanção expressa, que é sancionada nos termos do artigo tal, da Lei Orgânica n. tal, sanciono nos termos do artigo tal, da Constituição tal, e aí então manda para a publicação. E, aí se completa a lei. Ao lado da sanção temos a promulgação que é uma situação de difícil compreensão, é a sanção e a promulgação.

Quando o executivo sanciona, ele ao mesmo tempo promulga, então são atos simultâneos: a sanção e a promulgação. A sanção e a promulgação só passam a ser atos separados, quando o executivo veta, e o Legislativo rejeita o veto. Então, devolve ao Executivo para ele promulgar, porque aí já ele perdeu a oportunidade de sanção; recusou a sanção e vetou. Então, ele terá de promulgar. O que é a promulgação?

A promulgação é o atestado que determinado projeto é lei. Aquilo que resultou da rejeição do veto, portanto, da complementação do Processo Legislativo, a que ela se tornou lei; então, volta ao Executivo para ele promulgar, para ele dar o atestado de que é lei. Então, isto é um resquício do sistema monárquico, onde o rei exercia, além das atividades administrativas, algumas funções místicas, de representante da divindade.

E a promulgação era uma espécie de conferência do poder real à norma jurídica para poder torná-la obrigatória. É alguma coisa que vem de principescas eras, mas que, por causa do veto, do direito de veto que é atribuído ao Executivo, ela passou a existir como uma necessidade para completar o processo, já que a sanção é atribuição do Executivo. Ela se substitui à sanção que ele negou. O Legislativo recusou o veto, portanto, ela converteu em lei. Volta ao Executivo para, como um sucedâneo monárquico, dar a promulgação. Mas, o Poder Executivo pode ainda assim, não promulgar e devolve ao Poder Legislativo,

cujo Presidente fará a promulgação e, não o fazendo está na Constituição, fá-lo-á o Vice-Presidente, dentro de 48 horas, e aí então, promulga e manda publicar. E é lei, não com número especial, que aqui neste Poder, há o vício de dar uma numeração, como se o Poder Legislativo, legislasse. Lei ordinária com número especial, não. É uma lei ordinária do Estado com enumeração na sequência da legislação do Estado porque o Poder Executivo não quis lhe dar nem a sanção nem a promulgação. A isto, se dá o nome de lei ordinária aprovada, consumada no Legislativo, mas uma lei ordinária do Estado. Isto é a sanção.

A publicação, que é o ato final, consiste em dar publicidade, já não é mais um ato legislativo, não faz parte do processo legislativo, é um ato administrativo. É através da publicação que ela se torna eficaz. Nós temos uma lei chamada decreto-lei, da época do Estado Novo que se chama Lei de Introdução do Código Civil que estabelece as épocas de vigência da lei. Então, 45 dias depois de publicada, entra em vigor no Amazonas, etc, etc. Então, por isso é que a publicação obriga, ela se faz obrigatória a todos os súditos, àqueles para as quais as normas são dirigidas.

Isso, portanto, esgota o Processo Legislativo, desde a iniciativa, a ilustração, quer dizer, a instrução do processo, e as diversas fases, os turnos deliberativos e depois a sanção ou veto, a promulgação e a publicação e, com isso, nós temos a vontade do legislador traduzida em vontade legal que obriga a toda a coletividade porque esta a instituiu, deu mandato para os seus representantes criarem exatamente as normas que os obriguem, através deste procedimento que está previsto na Constituição.

Bem, não há mais o que dizer. Agradeço a atenção dos Deputados, convidados, funcionários, jornalistas e presentes, agradeço a presença do Deputado Orlando Pessuti e toda a atenção que me foi dada nesta maçante exposição a respeito daquilo que quase todos já sabem.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Orlando Pessuti)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência agradece a participação do Dr. Reginaldo Fanckin que, com sua explanação muito nos enriquece e principalmente àqueles que pela vez primeira adentram a este Poder Legislativo.

Dando prosseguimento a esta nossa fase de debates e de conferências deste Seminário, apenas com uma inversão que houve, nós passaremos a palavra agora ao Diretor-

-Geral da Assembléia Legislativa, Dr. Ênio Santangelo Malheiros, lembrando que ao final serão abertos os debates para todos os presentes, quando então poderão ser feitos os questionamentos que os presentes julgarem necessários. Com a palavra então, Doutor Ênio Santangelo Malheiros, Diretor-Geral da Assembléia Legislativa.

O SR. ÊNIO SANTANGELO MALHEIROS - Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Deputados.

A minha formação é de imprensa, e como tal dizem que o jornalista não fala: escreve. E foi isso que eu fiz. Eu peço a simpatia dos Senhores apenas por uns quinze minutos porque eu procurarei ser breve, apenas quatro laudas eu escrevi:

Senhores Deputados: (Lê):

É com grande satisfação que me dirijo aos Senhores, querendo traduzir as expectativas do quadro de servidores deste Poder, no sentido do aprimoramento e da valorização das funções legislativas.

Quero destacar, nesta oportunidade, as esperanças que se renovam em cada Legislatura de que novas contribuições possam somar-se às experiências positivas de que o Poder Legislativo se afirma como primeira e mais importante ação política no Estado.

Tem esta legislatura que ora se inicia, algumas particularidades que favorecem ao bom desempenho administrativo e político da Casa: a multiplicidade de idéias dos diferentes partidos aqui representados, que poderá produzir um caldeamento de esforços para o aprimoramento da nossa tarefa.

Ao mesmo tempo, estabelece uma relação de poder interna onde os direitos da maioria não podem excluir os direitos de minoria embora se afirmem como efetivos.

Se me permitirem faço uma advertência de que o impulso inicial, no sentido de mudanças e aperfeiçoamento, determinará todo o período. O que não for pensado e feito desde o começo, dificilmente encontrará espaço. E é com posição otimista que exponho questões à avaliação crítica dos presentes.

Cabe a mim, neste encontro, falar sobre a Estrutura Administrativa da Assembléia Legislativa.

Paralelamente ao processo de redemocratização que passou o País e o nosso Estado, a partir de 1983, com a eleição dos governadores, o Legislativo paranaense, segundo parece, foi o único no País que procurou inovar em sua administração tentando moralizar e agilizar o seu funcionamento através da readaptação de sua estrutura.

Este processo começou por três pontas:

independência financeira, conduta da Mesa e a exação funcional, sendo os dois últimos interdependentes.

O primeiro item, independência financeira, partiu do próprio reconhecimento do governador que então assumia, de que não poderia haver autonomia e interdependência de Poderes sem existir dotação e liberação de verbas para o pleno exercício da ação de poder.

À exceção de Mato Grosso do Sul, um novo Estado totalmente voltado em sua administração, para dotações de verbas federais, o Paraná foi o primeiro Estado a adotar este sistema: O Legislativo perceberia 3% da arrecadação do ICM, mais taxas efetuadas pelo Executivo. E com isto, o Legislativo, de fato, passou a planejar, não precisando mais submeter-se à dependência vexaminosa e abonos de verba para seu desempenho.

Imbuído do propósito de sanear a administração da Casa, começando pela mudança do estilo de dirigi-la, a nova Mesa, composta pelos Deputados Trajano Bastos, Gerônimo Kirinus e Francisco Escorgin, respectivamente Presidente, 1. e 2. Secretários e agora sob a presidência do Deputado Nilso Sguarezi, passou a administrar e gerenciar a Casa em uma perspectiva institucional de valorização do Poder, buscando a sua eficiência. Estaria superado assim, o clientelismo político na administração do Legislativo. Mas, para o sucesso era fundamental reformular a estrutura e o consequente funcionamento da máquina burocrática. Partiu, então, a nova Comissão Executiva para a contratação de uma empresa especializada na análise e formulação de estruturas administrativas. Compreendia então a Mesa, que a dignidade funcional era fator fundamental para o bom desempenho dos servidores e seu estímulo para contribuir à valorização do Poder Legislativo.

Quais as novidades com a elaboração deste plano?

1 - Criou-se nove setores interdependentes administrativamente, mas independentes de orçamento próprio: A Diretoria-Geral, Diretoria-Legislativa, Diretoria de Serviços Especiais, Diretoria de Pessoal, Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Diretoria de Apoio Técnico, Diretoria de Apoio ao Plenário, Diretoria do Gabinete da Procuradoria. Além desses setores criou-se, caso ímpar na história dos Legislativos brasileiros, um Conselho Superior de Administração, composto pelos titulares destas diretorias antes citadas e que, sem interferência política, decidia sobre os direitos e deveres dos servidores.

2 - Foi criado um Fórum de Debates, responsável pela abertura e interação do

Legislativo com a inteligência e as lideranças sociais, ao mesmo tempo, suprimindo uma deficiência estrutural da Casa em assessorias técnicas. Serviu ainda, o Fórum de Debates, como formação cultural e técnica aos próprios Deputados que assim passaram a conhecer melhor as grandes questões em pauta. A agricultura, o meio ambiente, recursos naturais, a educação, a saúde, a cultura passaram a ser avaliados na dimensão paranaense. O próprio encontro de hoje é um produto desta idéia.

3 - Foi um terceiro ponto importante para a administração da Assembléia Legislativa a criação do Centro de Processamento de Dados, que colocou o nosso Legislativo na vanguarda das Assembléias Estaduais. Com ele estamos ligados ao PRODASEN, Processamento de Dados do Senado, toda a Legislação Federal, à CELEPAR e existem planos de interligação com os legislativos paulista, catarinense, gaúcho, mineiro, alagoano, pernambucano e de Rondônia, por enquanto, as Assembléias que possuem computação de dados.

4 - O quarto ponto importante destas reformas: Concurso Público. Após dezenove anos a Assembléia Legislativa promoveu concursos públicos, exceção aos concursos de taquígrafo, que nesse período ocorreram aproximadamente cinco vezes. Fizemos concurso para redator e jornalismo.

É um fato inusitado ocorreu. O concurso, desde a sua estruturação até a realização, foi totalmente administrado e executado pela Diretoria de Pessoal do Legislativo, sem qualquer interferência política. O resultado disto? No primeiro concurso não passou ninguém! Tivemos que fazer uma segunda chamada quando então a transparência da seriedade do mesmo fez com que pessoas competentes, vendo que o concurso não era baralho de carta marcada, se candidataram.

Em tempo: a comissão de aplicação e a comissão de avaliação desses concursos foram totalmente integradas por pessoas não ligadas ao Legislativo, sendo membros dos quadros da UFP, além do Presidente do Sindicato dos Jornalistas e jornalistas atuantes na área da imprensa.

5 - Um quinto ponto é o ENDAL. Preocupada com o ilhamento que vinham sofrendo os Legislativos Estaduais que jamais em tempo algum tiveram contatos oficiais no campo administrativo, a Comissão Executiva por sugestão nossa resolveu patrocinar um encontro a nível nacional. Surgiu o I ENDAL: Encontro Nacional de Dirigentes de Assembléias Legislativas que contou com as participações de Diretores dos Legislativos do RS, SC, SP, RJ, MG, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Acre e Rondônia, além da Câmara Federal e Senado da República. Deste Encontro em que

se discutiu desde o intercâmbio na área de processamento de dados, a troca de experiências administrativas, a inovação paranaense no campo da independência financeira do Legislativo, até a criação de um órgão de especialização para o funcionalismo dos Legislativos, uma espécie de Fundação Getúlio Vargas para Legislativos, surgiu a ANDAL - Associação Nacional de Desenvolvimento das Atividades Legislativas, com sede em Brasília.

Durante este Encontro, para surpresa nossa, os participantes consideraram o Legislativo paranaense o mais bem administrado do País e em função disto, no segundo Encontro efetuado na Capital Federal fomos eleitos Presidente Nacional da Associação, cargo que ocupamos até hoje.

Em função dessa imagem, outras Assembléias começaram a procurar o Legislativo do Paraná. Assim, diversos diretores aqui vieram, muitos dos quais não haviam participado do 1.º Encontro, em busca de auxílio administrativo. Nosso encarregado do CPD se deslocou para Alagoas onde foi responsável pela instalação daquele processamento de dados, nos moldes do nosso sistema.

Nossas taquígrafas foram ministrar curso na AL de Rondônia. A experiência foi tão válida que hoje a UPI - União Parlamentar Interestadual pensa na hipótese de uma fusão com a ANDAL.

Este foi o começo. Muita coisa precisa ser feita. Eu vou citar, sendo breve, alguns exemplos: O Professor Reginaldo Fanckin falava há pouco sobre isso. A reestruturação das Comissões permanentes da Casa. Elas necessitam de condições formais e técnicas para seu funcionamento e valorização e que a destaca como de fato um fórum técnico político mais importante talvez do que o próprio Plenário, uma vez que este último nada mais é do que o desaguadeiro da avaliação e apreciação deste setor especializado.

Assim, deveriam ter as Comissões assessorias de alto nível e verbas próprias para o seu desempenho.

Um outro problema que deveria ser abordado é a instituição de um quadro celético, com a criação de carreiras específicas na Assembléia. Poder-se-ia criar também a memória do Legislativo paranaense, seja pelo registro de toda a legislação no setor de processamento de dados, como também pela criação dos cadernos legislativos que seriam publicações impressas em nossa própria gráfica e que contas-se com a participação de todos os políticos paranaenses que por aqui passaram e fizeram a história do Paraná.

Outro item importante para a Administração, seria a criação de uma Coordenadoria de Avaliação e Desempenho, destinada a

analisar a eficácia do sistema e a eficiência do serviço legislativo.

É preciso promover cursos de aperfeiçoamento de pessoal, seja no Quadro Legislativo ou instituição especializada.

É preciso também, a criação de um setor onde possam ser contratados especialistas das mais diversas áreas, tais como agronomia, veterinária, pedagogia, saúde, engenharia, cultura, economia, comunicação em seu sentido amplo e mais outros diversos setores, os quais seriam destinados a assessorar a área parlamentar em seus pronunciamentos. É o que os Deputados mais sentem no nosso Legislativo: a carência de uma assessoria técnica.

Em resumo, para não aborrecer mais os Senhores, era isso o que eu queria dizer-lhes, desejando aos novos Deputados que aqui chegam, inteiro sucesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência desse Seminário agradece a participação do Dr. Ênio Malheiros, Diretor-Geral da Assembleia Legislativa, o qual ficará também à disposição dos participantes desse Seminário para o debate ao final das apresentações de hoje.

Dando sequência às conferências da tarde de hoje deste nosso Seminário, passamos a palavra ao Dr. Elói Mezzadri e a Sra. Lúcia Segall para que façam a apresentação de suas conferências.

O SR. ELÓI MEZZADRI: - Senhores, falar de pois do Dr. Reginaldo Fanckin, acho uma temeridade, pois ele, um emérito constitucionalista, enquanto eu, um mero Assessor da Assembleia Legislativa. Portanto, peço-lhes desculpas. Peço desculpas também pelo tema que vamos desenvolver aqui, que é um tanto maçante.

Vamos falar sobre a parte burocrática do processo legislativo e, como sendo parte burocrática, evidentemente se torna um tanto enfadonha.

Então, para ajudar a exposição, distribuímos esse documento aqui, que seria o fluxograma da tramitação do processo legislativo aqui na Assembleia.

Como tivemos oportunidade de ver, com o Dr. Reginaldo Fanckin, o processo legislativo é muito amplo, pois envolve desde as emendas à Constituição, até os decretos legislativos, tornando-se impossível, num exíguo espaço de tempo, detalhar-se cada um desses processos no âmbito do Poder Legislativo. Isto levaria um tempo imenso. Porém nos propomos, num futuro encontro, detalhar a tramitação de cada um desses processos dentro da Assembleia Legislativa.

Vamos ver como é que flue esse processo no âmbito da Assembleia. Porém, antes

de entrar na parte prática, vou fazer uma pequena retrospectiva referente ao poder de iniciativa das leis, pois eu acho interessante, para que a possamos adentrar no âmago de nosso tema.

O artigo 25 da Constituição Estadual, estabelece o poder de iniciativa das leis. Apresenta o processo legislativo originando-se através do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos Tribunais Estaduais. O Poder Executivo, faz sua proposta, concebe suas idéias e encaminha esse esboço, através de uma mensagem governamental à Assembleia Legislativa. Acho muito importante, apesar de um tanto aborrecido, tocar-se novamente nesse ponto, mas é de fundamental importância, principalmente àqueles que não exerceram ainda mandatos eletivos em Assembleias ou em Câmaras Municipais. Para os Parlamentares novos, que não tiveram ainda conhecimento do processo mais aprofundadamente, para que procurem se situar dentro da mecânica da coisa, porque a todo momento, os Senhores vão lidar com projetos de lei, com resoluções, com uma série de matérias congêneres e é necessário que saibam mais ou menos a demarche desse processo aqui dentro da Casa, para que possam localizar na hora que tiverem necessidade disso.

Então, procuramos apresentar aqui esse pequeno fluxograma e nos detivemos também ao projeto de lei ordinária, pois como falamos de início, é impossível abordarmos todo processo legislativo, o processo de um modo geral, e, como a lei ordinária, os projetos de lei são assuntos que os Senhores vão manusear diariamente, acho interessante nos determos mais neste aspecto.

Acompanhando esse fluxograma aqui, nós notamos que o projeto de lei pode ser oriundo de uma mensagem governamental, de uma Comissão Técnica ou de qualquer membro da Assembleia, dos Senhores Deputados. O projeto de lei oriundo de mensagem governamental, vem do Palácio do Governo para a Assembleia; é dirigido à Presidência da Assembleia. Ele entra aqui através do Protocolo Geral da Casa, que recebe, registra essa mensagem e envia ao gabinete da Presidência. Este, em primeiro passo, oficia ao Governador dando conhecimento de que essa matéria chegou à Casa, dá notícia do recebimento da mensagem, posteriormente manda incluí-la no expediente da sessão plenária, para que ela seja lida, dando conhecimento aos Senhores Deputados. Ato contínuo, esta mensagem é encaminhada à Diretoria Legislativa. A Diretoria Legislativa é o foco de convergência de todo o processo legislativo da Assembleia. Toda atividade plenária é canalizada para a Diretoria Legislativa. Esta, então, estuda a matéria e encaminha à Coordenadoria das Comissões para que seja autuada, porque

ela vem do Palácio em forma de mensagem governamental e é evidente que não pode tramitar aqui dentro como mensagem; ela tem que virar um projeto de lei ou de resolução, dependendo da natureza da matéria.

A Diretoria Legislativa encaminha essa mensagem à Coordenadoria das Comissões Técnicas, já distribuída para as Comissões competentes, conforme a natureza do assunto. As leis são as mais variadas, e toda matéria que origina uma lei, abrange os mais variados assuntos; então, conforme o assunto que ela aborda, evidentemente que tem que ir para uma Comissão específica; essa distribuição para as comissões específicas é feita na Diretoria Legislativa.

Passamos para a etapa seguinte. A Coordenadoria das Comissões que, por sinal, a Coordenadora é minha colega aqui ao lado, a Sra. Lúcia Segall que autua a mensagem como projeto de lei ou como projeto de resolução e remete às Comissões Técnicas competentes conforme o despacho da Diretoria Legislativa. A Comissão Técnica, que é o órgão de análise do projeto, vai produzir o consenso para mandar à deliberação de Plenário, posteriormente analisa o projeto e elabora o devido parecer.

Aqui uma observação: os projetos, normalmente tramitam pelas comissões na seguinte ordem:

A primeira Comissão para a qual é encaminhado o processo, é a Comissão de Constituição e Justiça; é uma Comissão muito importante, tanto é que tem o dobro dos membros das demais Comissões Técnicas que funcionam com sete e a Comissão de Constituição e Justiça, com quatorze membros.

A segunda Comissão, se o projeto for de natureza econômica, ou tiver algum envolvimento de despesa, é encaminhado à Comissão de Finanças. Voltando à Comissão de Justiça, esta vai analisar, como o próprio nome diz, sobre a constitucionalidade da matéria, sobre a sua legalidade. A Comissão de Finanças vai analisá-lo sob o aspecto financeiro, ver se o Estado tem condições de arcar com a despesa que está prevista naquela proposição e, por fim, ele irá à Comissão de Mérito, que é a que vai estudar, justamente o âmago da matéria, a sua essência. O projeto, por exemplo, que proponha a duplicação de uma estrada de tal e tal localidade. Evidente que um projeto desses mexe com uma série de áreas. Este projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça para saber da sua constitucionalidade. À Comissão de Finanças para dizer dos recursos e à Comissão de Mérito, que é a de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Vejam bem os Senhores - e vai aqui um alerta, desculpem o parêntesis - mas,

quando o Dr. Reginaldo Fanckin falou sobre o poder de iniciativa que hoje está caracterizado de uma forma a ser alocado no Poder Executivo, e que isso não seria um ato do período de exceção que nós vivenciamos, mas, sim, um ato coincidente, porque as legislações mundiais, tanto a Constituição Italiana e a Francesa, se não me engano, e mais algumas, já se detêm nesse assunto: que o Executivo deve açambarcar um certo número de matérias. Aí a minha restrição. Vejam bem os Senhores: quando o artigo 47, da Constituição atribui ao Governador, a iniciativa de matérias de natureza financeira, orçamentária, política, de pessoal, efetivo de Polícia Militar, uma série de coisas nesse sentido, o que vai sobrar ao Parlamentar?

E, com isso, decorre o enfraquecimento que nós vimos notando já há muito tempo, do Poder Legislativo. O que é que nos sobra? A nós como servidores, e aos Srs. como Deputados, só nos resta legislar sobre projetos de utilidade pública, de títulos de Cidadania Honorária, dar nome às estradas, dar nome para escolas, etc. Não vai aí nenhum demérito à função parlamentar, de jeito nenhum! Eu me refiro, de uma maneira genérica, à degeneração do poder que essas práticas adotadas pelo Executivo vêm acarretando ao Poder Legislativo.

Então, a minha preocupação com o funcionário do Legislativo é justamente esta. E a minha esperança, com os Constituintes de hoje, me permitam, - aí a responsabilidade dos Senhores, a partir de ontem, com a promulgação da Emenda n. 25, se tornaram Constituintes - não vão poder fazer grande coisa, evidentemente, no âmbito estadual, porque nós estamos presos à Constituição Federal. Mas, podem, no sentido de intervenção dos Senhores junto a seus colegas Constituintes Federais para que algumas dessas prerrogativas constitucionais sejam devolvidas ao Legislativo, para que este possa ter mais força. Porque hoje, o Parlamentar não tem condição de legislar sobre matéria financeira. Qualquer projeto de Deputado que acarrete despesa ao Estado é considerado inconstitucional.

Então, o que sobra?

Pois, para tudo o que se construa, evidentemente, é preciso dinheiro para tal, e nós estamos impedidos de legislar sobre tais assuntos. Então, na nova Constituição, que essas prerrogativas voltem, para que possamos legislar sobre matéria mais pesada. Não sei se os Senhores concordam comigo, mas este é o meu ponto de vista.

Analisado o aspecto constitucional da matéria pela CCJ, ela irá, posteriormente, à Comissão de Finanças, se envolver dinheiro e, depois, à Comissão de Mérito.

Ao final dessa tramitação, após emitidos todos os pareceres, o processo retorna ao gabinete da Diretoria Legislativa. Esta verificará se o projeto está em ordem com os pareceres favoráveis - é o que geralmente ocorre - se, por exemplo, o projeto estiver com dois pareceres contrários e apenas um favorável, este projeto será remetido assim mesmo à Diretoria de Plenário para inclusão na Ordem do Dia e apreciação da Assembléia.

Aqui, um outro parêntesis: no caso de parecer contrário de todas as Comissões - e isso é definido no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual. O projeto que receber parecer contrário de todas as Comissões, quanto ao mérito, a que for distribuído, torna-se sumariamente rejeitado, ele não vem nem a Plenário. O projeto que tiver todos os pareceres contrários das Comissões Técnicas, a que for distribuído, é simplesmente arquivado - a Diretoria Legislativa encaminha-o a gabinete da Presidência pedindo o arquivamento do mesmo. Então, ele nem vem a Plenário.

A fase seguinte é quando o projeto já se encontra pronto na fase de comissões e desce à Diretoria do Plenário, que toma conta aqui da Mesa, dos trabalhos da Sessão.

A Diretoria do Plenário encaminha a uma de suas Coordenadorias, à Coordenadoria de Ordem do Dia e Autografia. A Coordenadoria de Ordem do Dia e Autografia detém, mantém a guarda dos projetos que estão prontos e, juntamente com o Presidente, elabora a pauta, porque é o Presidente quem determina a inclusão da matéria na Ordem do Dia. Então, com a orientação do Presidente e se o projeto estiver devidamente em condições de entrar na Ordem do Dia, será colocado logo em primeira discussão.

Caso contrário, se faltar, por exemplo, o parecer de algumas Comissões Técnicas, e esse projeto estiver em regime de urgência, ele constará da pauta da sessão plenária, ficando três dias nessa situação para conhecimento e alguma possível discussão sobre ele futuramente. Após o cumprimento da pauta ele é incluído imediatamente na Ordem do Dia em 1ª Discussão.

Então, aqui no plenário, o projeto impresso na Ordem do Dia, anunciado com 24 horas de antecedência que é o tempo regimental para que ele possa ser anunciado, será colocado em 1ª Discussão. O Plenário submete o projeto obrigatoriamente a três discussões. Como falou o Dr. Reginaldo Fanckin, é um absurdo porque só o Paraná e o Piauí é que adotam esse sistema de três discussões. É uma verdadeira aberração, porque às vezes ficamos três dias falando sobre um projeto de utilidade pública, de uma entidade que não tem nada que ser dis-

cutida. Três sessões discutindo sobre um projeto, sobre título de Cidadania Honorária.

Esta é uma das distorções, um dos absurdos que nós vamos ter que corrigir no futuro, no novo Regimento que a gente espera que saia o quanto antes.

A partir da segunda discussão o projeto poderá receber emendas de Plenário. É que as emendas, como vamos ver mais adiante, podem ser de duas naturezas: de Comissões e de Plenário. São emendas de comissão as apresentadas no âmbito da Comissão Técnica em que ele está sendo analisado. Qualquer um dos membros da Comissão poderá apresentá-las, mas aí precisa que o deputado pertença àquela Comissão.

Então, essa emenda pode ser dada na Comissão, passando a constituir-se numa emenda da Comissão. Deixa de ser emenda do deputado e passa a ser da Comissão que a apresentou.

As emendas também podem ser de Plenário; apresentadas em 2ª Discussão, que é o tempo hábil para tal. Mas, isso não tira também a oportunidade de que venham a ser apresentadas em 3ª Discussão. Nesse caso, quando a emenda é apresentada em 3ª Discussão, o projeto irá forçosamente a uma 4ª Discussão, onde é votado o projeto englobadamente com a emenda.

Muito bem! Cumprida a etapa de discussões em plenário, transcorridas as três discussões, o projeto é encaminhado à Comissão de Redação, que vai elaborar a redação final do projeto. Verificando se entrou, por exemplo, uma emenda de Plenário, de 2ª Discussão, neste caso, a Comissão de Redação vai dar encaixe a esta emenda, vai colocá-la no corpo do projeto, vai articulá-lo novamente, de acordo com as emendas que entrarem. A Comissão de Redação vai também corrigir a forma, algum vício de linguagem ou algum possível erro de português que tenha no projeto.

O papel da Comissão de Redação é esse: elaborar a redação final e essa é o texto do projeto que vai ser aprovado em definitivo e encaminhado ao Governador para sanção.

Então, vejam bem: o projeto, quando é bem feito, e aqui não há necessidade de nenhum alerta porque todos sabem disso de sobejo, mas apenas um simples lembrete, para que a lei seja devidamente interpretada, seja clara, é necessário que o instrumento que lhe deu origem, que é o projeto de lei, seja um Projeto bem redigido, elaborado com muita acuidade, com uma articulação correta, dados precisos, devendo ser simples e conciso, não contendo mais de um assunto em seu bojo; ele deve referir-se a um único assunto. O projeto bem redigido, vai gerar uma lei clara, evitando, futuramente, dificuldades em sua

interpretação.

A Redação Final vai ater-se a esses aspectos. O Plenário, então, recebido o projeto de volta, vota a Redação Final e encaminha-o à Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia, para que seja elaborada a autografia do projeto. Autografia, portanto, é o texto aprovado, em definitivo, pela Assembléia, e que é submetido à sanção governamental. O Governador vai sancionar o projeto em cima dessa Redação Final, ou melhor dizendo, da autografia que foi elaborada aqui na Assembléia. A Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia encaminha à Comissão Executiva para assinatura, via 1.ª Secretaria. A Comissão Executiva, respectivamente, 1. Secretário, 2. Secretário e Presidente assinam essa autografia. Ela vai ao Governador assinada pela Comissão Executiva. O Presidente, então, que tem a competência de encaminhar esta matéria ao Governador, elabora o ofício de encaminhamento à sanção governamental. O Governador recebe, através da Casa Civil, aprecia o projeto, no prazo de quinze dias úteis, a partir do seu recebimento. Por isso é necessário se frisar essa tramitação protocolar, pois o registro no Protocolo caracteriza prazo, e isso é muito importante. Vejam bem, o Governador tem quinze dias para se pronunciar sobre o Projeto, a partir do momento do recebimento. E como é que se caracteriza este recebimento? Através de um registro no Protocolo, o dia em que ele deu entrada na Governadoria.

No caso de sanção, o mesmo é remetido à Imprensa Oficial para publicação, para que a lei possa, a partir da publicação, passar a surtir seus efeitos legais.

No caso de veto, total ou parcial, ocorre a comunicação, através de ofício ao Presidente da Assembléia, citando os motivos. Aqui, uma outra observação: o veto, quando chega à Assembléia, é autuado como uma Proposição e encaminhado novamente à Comissão de Constituição e Justiça, que julgará se o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário, por exemplo, se o Governador vetou este Projeto em tempo hábil, se não foi feito fora de prazo, se as razões do veto estão de acordo, etc. Então, a C.C.J. irá analisar essa proposta de veto, esta proposição. Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, volta ao Plenário, onde é discutido, em Discussão Única; ali aprova-se ou derruba-se o veto.

Na explanação do Dr. Reginaldo Fanckin, os Senhores viram que a Assembléia poderá derrubar um veto governamental, o que raramente ocorre, mas tem havido casos. Para que isso aconteça, é necessário um quorum qualificado, ou seja, o voto de dois terços dos Deputados da Casa.

Duas hipóteses, a seguir: se o veto for rejeitado, o Projeto será enviado ao Governador, para promulgação.

Então, rejeitado o veto aqui na Assembléia, ele será enviado à Casa Civil, para que passe ao Governador, a fim de que ele promulgue. O Governador tem quarenta e oito horas para fazê-lo. Se o Governador não promulgar em quarenta e oito horas, o Presidente da Assembléia Legislativa é competente para fazê-lo; o Presidente poderá promulgá-lo no mesmo prazo e, se por acaso houver omissão do Presidente em promulgá-lo, estará apto a fazê-lo o 1.º vice-Presidente, em igual espaço de tempo. Porém, se o veto for mantido e rejeitado o Projeto, este simplesmente retorna à Diretoria Legislativa e é mandado sumariamente arquivar, não podendo ser reapresentado dentro da mesma Sessão Legislativa, a não ser mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Então, vimos aqui, no item I, projeto de lei oriundo de mensagens governamentais: a tramitação deles aqui dentro. Os projetos de lei oriundos de deputados não diferem muito das mensagens governamentais, porque, afinal de contas, ambos são projetos de lei e não haveria motivo para uma tramitação muito diferente. Eles diferem apenas quanto à sua entrada na Casa, quanto ao seu início de tramitação no Legislativo. Assim como a mensagem governamental, uma proposta de lei do governo, vem para a Assembléia sob a forma de mensagem, remetida diretamente à Presidência da Casa, e esta encaminha para os demais setores; o projeto dos deputados tem origem em seus gabinetes parlamentares.

Aqui um esclarecimento aos Senhores que estão chegando agora: temos aqui na Assembléia o Gabinete da Procuradoria Legislativa, o antigo Gabinete de Assistência Técnica, hoje transformado em Procuradoria, que é o órgão competente da Casa, definido na nossa lei interna, que é responsável pelo assessoramento técnico superior aos Senhores Deputados, inclusive na elaboração legislativa.

Se os Senhores precisarem de um projeto de lei, um estudo, alguma coisa nesse campo, e quando não tiver condições no gabinete por problemas de tempo ou por outro motivo qualquer, poderão recorrer à Procuradoria, que é o órgão responsável para prestar-lhes esse tipo de atendimento, como também dar assessoria aos Deputados, às Diretorias da Casa em outros assuntos de natureza técnica e administrativa.

Mas, a diferença da mensagem e do projeto reside justamente aí: na sua fase inicial de tramitação, até colocamos aqui neste roteiro o seguinte: os projetos de lei de iniciativa dos Deputados, seguem o mesmo ritmo dos projetos oriundos de men-

sagens governamentais, com exceção da sua entrada na Assembléia.

Assim como as mensagens são encaminhadas à Assembléia, via Presidência, os projetos de Deputados têm origem em seus gabinetes parlamentares e encaminhados diretamente à Mesa, via Diretoria de Apoio ao Plenário. Para os Senhores que não conhecem ainda, a Diretoria de Apoio ao Plenário, esta funciona nessa sala contígua ao Plenário. Então, essa matéria, redigida nos gabinetes parlamentares, deverá ser entregue à Diretoria do Plenário, que à hora da sessão, será dada à Mesa, para leitura e encaminhamento.

Lida em sessão plenária, ela constará da ata, sendo encaminhada, a seguir, à Diretoria Legislativa, que remeterá à Coordenadoria das Comissões para distribuição às Comissões Técnicas competentes. Daí em diante segue o mesmo trâmite definido a partir do bloco 3 deste fluxograma auxiliar, até a sua etapa conclusiva.

Apenas para elucidar, a Diretoria Legislativa, através da Coordenadoria das Comissões, que é uma das suas Coordenadorias mais importantes, aliás as Comissões Técnicas, a meu ver, é um dos órgãos mais importantes da Casa, pois é no âmbito delas que toda matéria é estudada, dissecada, produzida em seus detalhes para que venha a Plenário. Até há uma luta antiga, e esperamos que os Senhores compreendam, que venham participar disso futuramente, é a diminuição do número de Comissões Técnicas que nós temos hoje na Casa. Os Senhores vejam bem, eu acho um absurdo termos dezenove Comissões Técnicas, hoje na Assembléia, e temos muitas Comissões afins. Por exemplo: temos a Comissão de Finanças, Comissão de Orçamento e Comissão de Tomada de Contas. Ora, são três Comissões que cuidam do aspecto financeiro, da administração.

Assim, a Comissão de Finanças tem a atribuição principal de estudar o aspecto financeiro da matéria. A Lei Orçamentária está afeta à Comissão de Orçamento que é uma Comissão que embora permanente, tem um certo caráter eventual, pois reúne uma vez por ano, para analisar o Orçamento Geral do Estado. Temos ainda a Comissão de Tomada de Contas, que também é muito importante, embora todas elas sejam muito importantes não vemos a necessidade de funcionarem separadamente, pois são três Comissões para cuidarem de matérias afins; sendo que a de Orçamento reúne uma vez por ano; a de Tomada de Contas é responsável pela análise das contas, não só da Assembléia, as contas do deputado, verba de gabinete, etc., como também da análise das contas do Governo, análise das contas do Tribunal de Contas, e outras contas que eventualmente venham para a Assembléia,

para a sua análise.

Então, a lógica não seria fundir estas três Comissões numa só? Fazer uma Comissão grande, nos moldes da CCJ, (Comissão de Constituição e Justiça), com quatorze membros. Com isso, diminuiríamos o número de comissões, o que facilitaria a própria estrutura orgânica e funcional da Assembléia, colocaríamos mais parlamentares em cada uma delas, e vou até mais longe: eu defendo uma tese do Professor Griffith, americano, especialista no assunto, que defende que o prazo de atuação do Parlamentar nas comissões deveria ser estendido. Aqui, hoje, elas funcionam por período de um ano. Nossa tese seria que este prazo fosse prolongado para dois anos, porque assim daria oportunidade ao Parlamentar de se especializar nas matérias atinentes a cada uma delas.

Um ano, acho um prazo muito exíguo. Acompanhem, por favor, o meu raciocínio: um profissional médico, um deputado médico, que venha a integrar a Comissão de Agricultura, por exemplo, ele nunca teve contato com aquela matéria, isto em termos; ele pode nunca ter visto agricultura. Então, vejam bem os Senhores: como é que um Deputado, leigo no assunto, vai pegar um projeto sobre agrotóxicos e dar um parecer abalizado sobre aquilo? É impossível. Então, o Deputado, permanecendo mais tempo dentro de determinada Comissão, ele teria muito mais oportunidade de contato com as matérias pertinentes à mesma, e pelo manuseio, pela prática, pelo estudo que faria, pelo maior tempo que teria para isto, ele se especializaria dentro daquela matéria.

Ao final do prazo, estaria apto a dar o parecer abalizado sobre aquele assunto. Ele poderia até, talvez, fazer um parecer sobre agrotóxico, o que não lhe é permitido neste exíguo espaço de tempo de apenas um ano. E há um número exorbitante de Comissões técnicas, e o que acontece com isto? O Deputado é obrigado a participar de várias comissões, concomitantemente.

Então, o que ocorre comumente aqui, é a simultaneidade de reuniões. Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças, e Comissão de Defesa do Consumidor; por exemplo, o deputado fulano de tal faz parte de duas ou três Comissões daquelas, e se elas se reúnem simultaneamente, ele vai a uma e evidentemente que não poderá ir à outra. Já fica em falta com a outra comissão.

Além disso, ele fica o tempo todo trabalhando na atividade de comissões, perdendo a oportunidade de atendimento ao seu gabinete parlamentar, aos seus interesses, da sua região, etc, atrapalhando até a atividade plenária.

Portanto, esta tese de redução do nú-

mero de comissões, eu acho fundamental, e deveria se olhar com muito carinho.

Acho que estou me estendendo demais, vou agilizar um pouquinho. O que quero dizer, é que temos na Diretoria Legislativa, a Coordenadoria das Comissões, que detém um fichário central sobre todo o processo legislativo, sobre todo projeto de lei, de resolução, proposições, leis complementares, etc; toda a matéria está colocada em fichário, no qual é feito um "feed back" quase que diário; ele é realimentado de acordo com o trâmite do projeto. Isto é um trabalho diário.

Assim, a qualquer momento que o deputado precise de uma informação legislativa, sobre qualquer assunto, a Coordenadoria das Comissões está apta a fornecer de pronto estas informações.

Então, fugindo um pouco, nós nos propusemos a falar sobre o projeto de lei ordinária, que é o "beabá", o assunto que os senhores vão manusear diariamente. Mas, acho de muita importância dar rápidas pinceladas sobre as emendas e sobre os requerimentos que são matérias que os senhores vão usar muito, que são ferramentas indispensáveis no dia-a-dia do parlamentar.

As emendas, por exemplo, estão definidas na Constituição e no Regimento Interno. Mas, só para frisar: **Emenda** é a proposição apresentada como acessória de outra. As Emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. A **Emenda Supressiva**, como o próprio nome diz, é a proposição que visa erradicar qualquer parte de outra. A **Emenda Substitutiva** é a proposição apresentada como sucedânea de outra, e quando ela altera toda a proposição original nós a chamamos de **Substitutiva Geral** ou **Substitutivo Geral**. A **Emenda Aditiva** é a proposição que se acrescenta a outra. E a **Emenda Modificativa** é a que não altera a proposição principal.

O parágrafo 5º do artigo 139, do Regimento Interno, estabelece que "não será admissível **Emenda Aditiva** ou **Substitutiva** que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal", porém às vezes notamos que existem Emendas a um determinado projeto que não têm nada a ver com a proposição. Essa prática, embora um tanto usual, é totalmente antiregimental.

As Emendas, as proposições podem ser apresentadas, como já falamos, nas Comissões Técnicas ou por qualquer um dos membros da Assembléia, em 2ª Discussão, no plenário.

Os Requerimentos constituem valioso instrumento de trabalho dos Deputados, no exercício de sua atuação parlamentar. O Deputado precisando de uma ação do Governo em determinada área, por exemplo: a con-

servação asfáltica da estrada que liga a localidade "X" a "Y", lá na sua região. Como é que ele vai conseguir isso de maneira mais positiva? Muitas vezes, se o Parlamentar tiver ligações políticas maiores, com o Governador ou com o Secretário de Estado, talvez consiga até com um telefonema.

Mas, o Requerimento é um instrumento que o capacita a cobrar de maneira mais efetiva. Então, ele faz um requerimento ao Presidente da Assembléia para que oficie ao Governador, levando sua reivindicação. Os requerimentos são dirigidos ao Presidente e será lido e aprovado em Plenário. Então, esse requerimento aprovado em plenário torna-se um documento da Assembléia. Vai um pedido da Assembléia ao Secretário de Estado, vai um pedido da Assembléia ao Governador para que interfira em determinado setor da sociedade, ou vai um requerimento da Assembléia, como é comum - isso é diário - fazendo solicitações a Ministros de Estado ou ao próprio Presidente da República. Então, se eu preciso uma ação presidencial em determinado segmento, faz-se um requerimento solicitando intervenção presidencial, via Ministério tal, na área que o Deputado tem carência.

O Regimento Interno da Casa, em seu artigo 131, define o requerimento como sendo "todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia sobre objeto de expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão. Os requerimentos, então, constituem-se em duas espécies:

- I - os sujeitos a despacho do Presidente;
- II - os sujeitos à deliberação da Assembléia".

Estes últimos são aqueles que nos referimos acima, são formulados por escrito e dado à sessão plenária para discussão. Deverão, obrigatoriamente, conter uma súmula, seguida do texto principal; é a técnica do requerimento. Todo o requerimento é obrigado a ter uma súmula. Vem lá em cima no texto: **Requerimento - Súmula**, onde é colocado em breves palavras o tema principal. Ele deve conter então, a súmula e a especificação do assunto requerido e serão entregues à Mesa, via Diretoria do Plenário, no início da sessão plenária.

Após serem votados, eles constarão da ata da Sessão e imediatamente encaminhados à Diretoria Legislativa, que manda publicar no Diário da Assembléia, enviando em seguida à Diretoria Administrativa para que elabore ofício de encaminhamento, que será expedido pelo Presidente da Casa à autoridade competente.

Bem, meus Senhores, como chegamos a extrapolar o nosso tempo, e como eu falei

de início, sendo o processo legislativo de uma amplitude muito vasta, nos propomos e nos colocamos à disposição dos Senhores, para, numa outra oportunidade, retomarmos o tema.

Vamos entrar agora na parte referente aos trabalhos das Comissões Técnicas. Passo a palavra a Senhora Lúcia Segall, que é a coordenadora da área e a pessoa credenciada para falar sobre o assunto.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA SEGALL - Tendo em vista a exigüidade do tempo, vamos nos abster de comentar sobre o número de Comissões e o conseqüente significado para o funcionamento e execução da função legislativa.

Realmente, achamos que é no âmago das Comissões que acontecem os grandes debates para que as matérias venham a Plenário com uma certa terminalidade analisada e avaliada devidamente. Nós elaboramos um roteiro que será distribuído a todos. Na primeira página, relacionamos as Comissões Permanentes e também a Comissão Especial de Reforma à Constituição que é sempre instalada e funciona permanentemente.

Na segunda e terceira folhas, nós transcrevemos a competência da Coordenadoria das Comissões, o que será de muita utilidade para os Senhores e nossas assessorias, quando houver necessidade de qualquer consulta dentro da nossa área de trabalho. Como os Senhores poderão observar, nós realizamos certos tipos de trabalho que visam ampliar o leque de alternativas para facilitar a informação e a pesquisa, tanto a nível de projetos quanto de lei.

Quando consideramos as matérias submetidas às Comissões, no presente roteiro, procuramos torná-lo o mais didático possível, sem nos preocuparmos com a terminologia regimental ou legal. Então, consideramos que a Coordenadoria das Comissões exerce duas funções fundamentais:

Uma função estática que é a tramitação das matérias nas Comissões através de fichário e uma função dinâmica que é a tramitação das matérias nas diversas Comissões. No fichário nós temos uma fase inicial e outra fase terminal. Quando eu digo fase inicial, fase terminal, fichário, quer dizer o seguinte - que temos todos esses dados diariamente atualizados à disposição dos Senhores. Na fase inicial nós temos como já foi dito, o fichário de lei ordinária, complementar, de proposições que compreendem propostas de emenda à Constituição, convênios, prestação de contas, etc. Temos como inicial, também os projetos de resolução, tanto as proposições de convênios transformadas em projeto de resolução pela Comissão de Constituição e Justiça quanto alterações no Regimento Interno, que só podem ser efetuadas atra-

vés de projeto de resolução, as modificações no funcionamento interno da Casa. Nós tivemos um exemplo meio recente que foi a proposta de se adotar na Assembléia o re-lógio-ponto para o qual foi elaborado um projeto de resolução neste sentido.

Como fase terminal temos um fichário organizado a partir de 1947. Falamos em 1947, porque vem desde 1947 e muitas pessoas e entidades procuram para pesquisas deste período em diante. Nós chamamos de fichário do Deputado Aldo Laval, porque ele procura muito, ele vem sempre pesquisar dados conosco. Este fichário, contém as leis ordinárias, as leis complementares, as leis promulgadas, as resoluções, as emendas à Constituição, os convênios. Colocamos aí os convênios porque são necessários para que as Prefeituras possam efetivar suas prestações de contas junto ao Tribunal de Contas, pois, necessitam das respectivas resoluções que aprovaram os convênios. Os Senhores, temos certeza, serão muito procurados pelos prefeitos de suas regiões no sentido de que forneçam as resoluções atinentes a tais convênios.

Todo este fichário, tanto o inicial quanto o terminal é organizado segundo a seqüência numérica, por autor e por assunto. Fazemos o máximo possível para que seja flexível e de fácil acesso; procuramos fazer com que o leque de atividades seja o maior possível, para que possamos com o mínimo de informação fornecer dados sobre a pesquisa solicitada. A Coordenadoria funciona para o atendimento dos Senhores. Não resta dúvida.

Na parte dinâmica, que é a tramitação das matérias nas Comissões, já foi um assunto abordado nesta tarde, não vou me alongar, mas temos inicialmente a indicação dos Senhores Deputados que comporão as diversas Comissões, elaborada pelas Lideranças, de acordo com a proporcionalidade prevista na Constituição. Temos a partir daí, desta organização, cinco dias para a instalação das mesmas.

O processo é autuado nas Comissões; elabora-se o fichário por autor, por número e assunto. Este processo ou vai à Comissão de Constituição e Justiça, que designa o relator, que apresenta o parecer em reunião. O processo em questão ou é motivo de solicitação de vista por algum Deputado membro da Comissão ou prossegue. E ele pode prosseguir a uma segunda Comissão que tanto pode ser a de Finanças, Recursos Humanos ou outra. Destas, prossegue a outras e em seguida vai a Plenário.

Temos algumas Comissões que seguem um rito específico. É o caso da Comissão Especial da Reforma à Constituição, que não vai à Justiça. A de Orçamento, os processos emitidos nesta Comissão vão direto, e também a de Tomada de Contas.

Indo o processo ao Plenário passamos pela fase de votação, isto é, é colocada na Ordem do Dia e vai à votação. Ou ele é rejeitado e vai ao arquivo, ou ele é aprovado. Aí, ele se transforma em lei, resolução ou emenda. Novamente aquela fase de elaborar o fichário: autor, assunto, número.

Após transformar em lei, resolução e emenda, ele vai ao arquivo. Se é veto, prossegue a tramitação.

Colocamos de lado aqui um acompanhamento estático, isto é, todas estas fases por que passam os processos, chegamos a recebê-los pelo menos umas dez vezes, que é para ser colocado no nosso fichário e estar constantemente atualizado. Chamamos então de acompanhamento estático, que é o fichário atualizado. A morosidade é em função do número de Comissões, do problema que nos causa o Regimento Interno que não atende à necessidade desse vigor maior que está se impondo ao Legislativo hoje em dia. Então, nós também, na execução burocrática ao procedimento, vamos dizer assim, sentimos muito esse problema.

Então, essa função estática e essa função dinâmica, desembocam em dois pontos: um é a manutenção do subsistema que é o fichário; e a dinâmica que é a tramitação através das Comissões, é a integração dos subsistemas, os processos vão de Comissão a Comissão. Eu também não posso me alongar nisso, mas é um assunto que está dentro da minha área de atuação profissional.

Bem, a função de manutenção mais a função de integração vai nos dar um resultado. Este resultado não é para nós, é para os Senhores. Deve ser um fichário e um arquivo organizados para que tenhamos todos os dados o mais rapidamente possível para pesquisa e informações.

Além do fichário, como eu já disse, de leis, de projetos etc., nós temos também um fichário de emendas. O ano passado, por ocasião em que o Sr. Governador propôs à Assembleia o piso salarial para os professores - só para dar um exemplo - de 2.2 salários-mínimos, vários Deputados apresentaram emendas a este projeto, aumentando para 2.5, para três salários-mínimos, surgiram emendas diversas em projetos de professores, e outras em projetos do funcionalismo.

Então, temos um fichário de emendas, porque quando o Governador propôs pela segunda vez, que foi resultado da greve, aumentando o piso salarial, é claro que os Deputados que já haviam anteriormente proposto essas Emendas, quiseram as cópias das mesmas para que pudessem trabalhar junto a essa parcela da população.

Então, tínhamos em mãos, através do fichário dessas emendas, por autor e por

assunto; daí a facilidade em se achar rapidamente tais informações.

Nós temos ainda o arquivo que é muito importante, e contém todas as matérias em tramitação. O pessoal usa muito e às vezes entra rapidamente aqui em plenário, não fica cópia com os Senhores Deputados. Temos que manter isso atualizado, em dia, que é para não falhar.

Há o arquivo de cópias de matérias em tramitação. A cópia das leis e as modificações que acontecem nas leis, são anotadas no verso das fichas das leis.

Há o arquivo de resoluções, que modificam o Regimento Interno; arquivo de citações, conforme a Lei n.8358; a listagem de matéria, atualizada, por Deputado. Isso é muito solicitado, principalmente em ano eleitoral, porque os Senhores Deputados precisam dos seus levantamentos para poderem trabalhar. Isto deve estar constantemente atualizado.

Temos também, o levantamento de utilidades públicas por ano e por município. Normalmente, antes que se dê entrada com o projeto aqui, é feita uma consulta conosco, para ver se não haverá duplicata. Temos uns oito projetos de utilidade pública no Paraná, em duplicata somente. Não deve ter mais que isso.

Mantemos ainda o painel de reuniões atualizado. Nós atendemos às pesquisas e informações da Comissão Executiva, dos Deputados, assessores, funcionários e também atendemos muito a pesquisa externa: da FAMEPAR, do IBGE, do ITC, os problemas de Municípios, de divisas, de limites e mesmo de utilidades públicas. Realmente, eu considero as Comissões o ponto nevrálgico da Assembleia, pois, é um setor, cujo trabalho que desenvolve requer organização diária, para que as informações sejam dadas com a devida urgência solicitada pelos Senhores Deputados ou por qualquer outra pessoa interessada.

Nós temos que ter o máximo possível de alternativas para conseguir juntar o elenco desses dados para que os Senhores possam trabalhar.

Então, realmente, se não burocratizar e organizar não se consegue dar o atendimento que nos é pedido, que é nossa responsabilidade funcional.

Em síntese, muito rapidamente, eu suprimi muita coisa, mas eu colocaria à disposição dos Senhores, pois nós funcionamos no terceiro andar do prédio da administração, e convidaríamos a todos para que conhecessem nossos fichários, nossos arquivos, para que pudessem ter uma idéia, mais clara de tudo aquilo que nós armazenamos e que será de utilidade aos Senhores mesmos.

Muito obrigada.

(Reassume a Presidência o Senhor Deputado

Nilso Sguarezi).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concluídas essas palestras, nós queremos deixar a palavra livre a todos os participantes, se tem algum questionamento a ser feito ou alguma colocação, alguma contribuição a dar, já que nós vamos, estamos gravando este Seminário e assim muitos dos Senhores Deputados participaram e talvez tenham alguma contribuição a deixar para os Anais deste Seminário.

Deixo a palavra livre, para quem dela quiser fazer uso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Caro Deputado Nilso Sguarezi, demais palestristas, Senhores Deputados, funcionários e participantes deste Seminário.

Não serão propriamente perguntas, mas apenas algumas indagações que nós faremos e que gostaríamos que talvez fossem assim até certo ponto recebidas como uma colaboração ou até um questionamento.

Pelo que recebemos hoje dos palestristas, a tramitação de processos, de projetos, de requerimentos, de mensagens da Assembléia não diferenciam quase nada da tramitação de uma Câmara Municipal, de onde nós viemos e já infelizmente trazendo determinados vícios e que nós esperávamos de que nesta Casa não viéssemos encontrá-los, mas pelo que se pôde deduzir, já se sente que praticamente não terão, não haverá assim modificações, pelo menos à princípio.

Vejam por exemplo, eu entendo que toda a Mensagem Governamental, é dado entrada e protocolado, e que vai necessariamente passar por uma Comissão. Eu entendo que ele deveria ser xerocopiado e imediatamente, assim que entrasse no protocolo, ser encaminhado às Lideranças das Bancadas, para que os Senhores Líderes, em reunião de Bancada, já antecipando a análise e o estudo dessa mensagem, desse projeto, antecipando à bancada ou àquele Deputado que representa determinada bancada, por onde passará esse projeto, essa mensagem; assim, ele já saía com um pensamento da bancada, uma posição. Porque, nós somos acostumados a ver isso, na passagem de quatro anos na Câmara Municipal, que tudo vem atropelado, tudo vem de afogadilho, e nem todo Deputado, nem todo Vereador tem a obrigação de ser um advogado, de ser um especialista em determinada matéria, e, de repente, um parecer de um relator de uma Comissão, pode estar meio confuso, pode não ser a idéia ou a intenção dos outros membros da Comissão, e acaba, naquela hora, o Deputado pondo a sua assinatura, e depois cria problemas na seqüência quando vai para o Plenário. E o Líder, que não fez parte da Comissão, levanta determina-

das questões que podem mudar totalmente a seqüência daquele projeto, daquela mensagem.

Então, eu entendo, pela minha pouca experiência de Parlamentar, nesses quatro anos de Câmara Municipal, que todo projeto ou mensagem que tenha que passar necessariamente por uma Comissão, assim que chegasse ao protocolo, deveria ser feito um "xerox" e encaminhado aos Líderes da Bancada, para que eles pudessem discutir antecipadamente, antes que o seu representante de Bancada, até por um engano, por uma falta de melhor conhecimento, coloque uma assinatura que, muitas vezes até pode provocar o arquivamento dessa mensagem, desse projeto.

Seria este o primeiro questionamento que faço. Não sei se mereceria um estudo da minha parte.

Outro fato que acompanhamos nesses quatro anos de Câmara Municipal, é com relação à Ordem do Dia. É costumeiro e sei que, talvez em função de um grande número de projetos, de mensagens, que a Ordem do Dia chegue às mãos do Deputado, por exemplo: a Ordem do Dia de amanhã, vai chegar nas mãos do Deputado talvez agora, no final desta sessão, ou talvez, depois da sessão, no seu gabinete, e ele, normalmente ao sair da sessão nem sempre passa no seu gabinete, não lhe é comunicado, e, no dia seguinte é que vai saber, quando vem para a sessão, o que é que se vai discutir naquela sessão.

Eu acho que deveria haver uma antecedência de, no mínimo, 24 horas, para que a assessoria desse Deputado pudesse preparar o Parlamentar, pudesse até estudar, já se antecipar ao estudo das matérias que serão discutidas no dia seguinte.

Gostaria também de lamentar que o Regimento Interno da Assembléia seja datado de 1952, feito até antes do nascimento de alguns Parlamentares que vão compor esta Casa.

Acho que é uma tarefa importante de nós Parlamentares, agora como Constituintes Estaduais, termos a obrigação de estudar um novo regimento, se formar uma Comissão, já aproveitando a Constituinte, para se fazer um novo Regimento Interno desta Casa.

Gostaria de dizer, também, que estou de acordo quando disse o companheiro Eloy Mezzadri, do número excessivo de Comissões internas da Casa. Absurdo! Dezenove Comissões, quando algumas delas duplicam, como é o caso, como bem frisou o Dr. Eloy Mezzadri, a de Finanças, Orçamento, e Tomada de Contas. Todas elas se referem, praticamente, ao mesmo problema, que poderia, como sugestão dada pelo Dr. Eloy Mezzadri, serem fundidas e criar um número maior de membros nessa Comissão.

Também, com relação à Comissão, estou de acordo que elas devem ter um mínimo de dois anos, porque, vejam bem; se eu, através de minha bancada, for escolhido para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, nunca tratei do assunto, não ouvi falar, sou um mero espectador. Se eu passo, pela minha bancada, a fazer parte desta Comissão, antes e já porque as Comissões serão distribuídas tão logo se conheça a Mesa Executiva da Casa, talvez na semana seguinte sejam escolhidas as Comissões, antes de completar o meu quadro de funcionários, de assessores, eu posso até diante do interesse da Comissão a que eu possa fazer parte, e vou procurar o assessoramento de um técnico com relação a essa matéria para que eu possa fazer e desenvolver um bom trabalho no período que estiver nesta Casa, promovendo até seminários, congressos, a respeito da mesma.

Entendo também, que nós deveríamos evidentemente manter os integrantes das Comissões num prazo de dois anos.

E permito-me fazer essa indagação com respeito ao prazo, porque é costumeiro o Vereador, o Deputado, encaminhar à Mesa, requerimentos e mais requerimentos e não existe um prazo de resposta e, às vezes, nem se sabe se ele chegou às mãos do destinatário. Então, ele precisa também um prazo para resposta. Se o Secretário da Segurança recebeu o meu requerimento onde estou pedindo um módulo policial, quer dizer, a coisa fica meio complicada, se ele não tem um prazo para responder, se é viável ou não tal pedido. Eu gostaria que também fosse analisado esse fato e se eu estiver errado, se este fato existe, eu não tive ainda tempo suficiente para ler o Regimento Interno da Casa e, conseqüentemente, não tenho essa informação.

A exemplo do que ocorre também com os pedidos de informações: a Câmara Municipal faz os pedidos de informações e o Prefeito Municipal tem trinta dias para responder e se não responder está sob pena de cassação. Eu não sei como funciona aqui e se o Deputado tem poderes para cassar o Governador ou não, me permitam a minha ignorância também neste campo. Mas, é uma indagação que eu faço à Mesa.

Gostaria de dizer, ainda dentro das minhas anotações, que no pouco período de contato que nós tivemos essa semana aqui na Casa, na preparação do gabinete, no contato diário com as pessoas, fiquei eu sabendo que nesses últimos anos não houve uma renovação no quadro de funcionários da Assembléia. Não houve muitos concursos, posso até estar enganado mais foi a informação que eu recebi e que, como conseqüência disso, a Assembléia tem hoje mais cetelistas do que funcionários efetivos; e de que até mesmo Procuradores, advogados

que poderiam dar uma assistência maior aos Deputados, grande parte tem se aposentado constantemente e chegaria ao ponto em que a Assembléia, praticamente, daqui a alguns anos, não teria mais um quadro efetivo.

Então, eu gostaria de receber, também uma resposta a respeito disso.

E só para finalizar, Senhor Presidente Nilso Sguarezi e demais Deputados, nós não podemos deixar de louvar, pelo menos, esta iniciativa de se fazer este Seminário, importante para que se possa ter um contato com os nossos novos companheiros. No entanto, permitam-me fazer alguns reparos da data, do momento inoportuno, entendo eu, desse Seminário. É o momento em que nós vereadores, e aqueles Deputados que eram Prefeitos e deixaram suas Prefeituras, ainda estamos embaraçados em liberar o gabinete da Câmara, e ainda ocorre isso, das convocações extraordinárias dos Prefeitos para com os Vereadores e nós temos o nosso período de Vereador que vai até 31 de janeiro. Eu entendo que o momento não foi de todo oportuno, mesmo porque, nós pudemos constatar que nos últimos anos, infelizmente, o Congresso, a Assembléia e a Câmara deram uma demonstração de irresponsabilidade de uma grande parte dos seus Parlamentares do não comparecimento às sessões.

E, sendo feito neste período, veja bem, Senhor Presidente, é lamentável que, ontem, nós estivéssemos aqui e hoje também, grandes palestristas para um total de dez, quinze ou vinte parlamentares e alguns populares.

Realmente, até certo ponto isso é constrangedor. Então, eu sugeriria que em outra ocasião quando se fizesse, eu achava que o Seminário deveria ter sido feito assim que fossem os Deputados empossados, talvez na semana seguinte, já com convocação da Mesa Executiva, o que daria uma responsabilidade maior a todos nós Parlamentares de comparecer. Porque assim seriam as primeiras sessões da Assembléia e, evidentemente, haveria uma fiscalização, principalmente da imprensa em cima dos novos Parlamentares. Será que os novos vão repetir aquilo que fizeram alguns outros Parlamentares de outras gestões, de outras Legislaturas? Então, haveria uma possibilidade de dar uma maior responsabilidade e também possibilitaria um encontro de quase todos os Parlamentares desta Casa, já com uma apresentação até maior do funcionamento desta Assembléia.

Estas são as minhas indagações, e digo também da minha satisfação de estar aqui nesta Casa, cumprimentando os nossos companheiros e participando, com muita alegria, com muita satisfação, deste Seminário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Alguma coisa eu posso até esclarecer ao nobre Deputado.

Muito embora não esteja escrito no nosso Regimento Interno, mas, nas últimas duas Mesas, temos adotado esta questão das mensagens serem remetidas às Lideranças. Eu era Líder da Oposição e lembro-me bem que era difícil acompanhar as matérias, tendo em vista o atendimento da própria ação parlamentar, pois, viajando, e na volta nós éramos surpreendidos às vezes quando vinha matéria para o Plenário e era mensagem governamental. Então, essa é, nas últimas duas Mesas, uma praxe das Lideranças receberem uma cópia das mensagens governamentais e, como muita coisa que está escrita aqui não se cumpre, esta vem sendo cumprida, apesar de não estar escrita.

Com referência à Ordem do Dia, realmente, pelo Regimento da Casa, é impossível anteciparmos a Ordem do Dia, porque ela é anunciada ao final de cada sessão. Há uma convocação para a sessão de amanhã, por exemplo e se anuncia hoje a Ordem do Dia. Então, a nossa Ordem do Dia é distribuída no dia seguinte, pela manhã vai ao gabinete dos srs. Deputados. Mas, nós temos a pauta, que é, durante três dias anunciado em pauta, na própria Ordem do Dia, as matérias que vão entrar na Ordem do Dia. Assim os srs. Parlamentares têm a responsabilidade e a advertência que determinada matéria entrará na Ordem do Dia.

Quanto ao número de Comissões, V.Exa. tem toda a razão. Realmente proliferam Comissões e isso impossibilita ao Parlamentar, às vezes, de organizar a sua agenda se quiser estar presente.

A grande dificuldade até hoje, na Assembléia, foi a falta de espaço físico. Eu conheço algumas Assembléias onde, realmente, as Comissões funcionam; vou dar um exemplo, a do Rio Grande do Sul, e o próprio Congresso Nacional.

Mas, no meu entendimento, há uma condição "sine qua non" para que uma comissão funcione, que ela tenha local físico delimitado. Nós, na Casa, tínhamos a Sala das Comissões; em muitas ocasiões não tínhamos espaço físico para a Comissão se reunir. Acho que agora, com a inauguração do novo anexo, a próxima Mesa terá condições de determinar, a um número limitado de comissões, pelo menos, uma sala determinada. Assim o secretário da comissão estará permanentemente para informar aos Srs. Secretários das matérias que estão ali tramitando e essas Comissões poderão organizar as suas reuniões num período determinado, porque, na prática, aqui, a não ser a Comissão de Constituição e Justiça, todas as demais precisam de uma convocação especial quando, na verdade, no meu entendimento, as comissões de outras Assembléias e do

Congresso Nacional que funcionam, previamente, têm dias marcados e hora determinada para a reunião. Agora, sem o local exato, realmente há uma dificuldade, no meu entendimento, intransponível.

Acredito realmente que o número de Comissões deva ser limitado e quanto ao espaço físico, agora há condições, na Casa, para que as Comissões possam funcionar.

O prazo de resposta de requerimentos, nós temos na Constituição do Paraná, no artigo 20, parágrafo 2., que diz o seguinte: "Nos pedidos de informação, observados os requisitos do artigo 16, inciso 5., os Secretários de Estado poderão responder à Assembléia Legislativa dentro de trinta dias".

Realmente, no fluxo dos requerimentos, a Assembléia funciona a contento. A matéria apresentada no plenário, no mais tardar, de seis a oito dias, ela sai da Casa endereçada às Secretarias. Acontece que não há um controle dessas respostas, então o próprio Deputado interessado vai fazer a cobrança. E eu, pela vivência que tenho tido aqui, o local de fazer esta cobrança é no plenário, inúmeras vezes eu vi que a denúncia em Plenário, de que um Secretário não está dando a resposta, exige no mínimo que a Liderança do Governo passe a dar uma explicação, e a imprensa denunciando isso, a qual é o mecanismo que faz com que este prazo tenha eficácia pela denúncia do Plenário. Mas, vai da própria organização do Deputado, e aí entra muito em função o esquema que ele montar no seu próprio gabinete com a sua assessoria para ficar atenta, acompanhar, principalmente a fluência desses prazos. Então, eu acredito, pela prática, de que em quarenta dias, no mínimo, a resposta tem que vir, que é o prazo normalmente que sai até chegar, e isso é um trabalho que dá uma certa valorização à Assembléia, porque um Secretário de Estado e todas as autoridades ficam atentas a essa questão.

Quanto aos pedidos de informação, nos últimos anos, a Assembléia tem sido mais flexível. Mas, nós tínhamos aqui um cerceamento muito grande de atuação, porque sempre se entendia, aqui, principalmente no passado, que a Assembléia não tinha poderes, principalmente para solicitar pedido de informação de autoridades federais com âmbito dentro do território do Estado do Paraná, e até fora. Então, às vezes, haviam acontecimentos aqui que a opinião pública cobrava e que na Assembléia, pela própria decisão, até obedecendo o Regimento Interno, havia um cerceamento dessa amplidão que eu entendo que o mandato popular deve ter, de questionar determinadas autoridades. E é necessário, então, que o nosso Regimento seja corrigido. É evidente que a questão da abertura vem se fazendo

aos poucos e hoje nós temos uma amplitude maior dessa atuação.

Mas, de resto V. Exa. tem razão, nosso Regimento Interno precisa ser perfeitamente adequado aos tempos novos. Muita coisa que está escrita no Regimento não vem sendo observada, e a própria praxe, o dia-a-dia da convivência dos Senhores aqui é que vai realmente deixá-los em condições de conhecerem realmente como que a Casa funciona.

Quanto à ausência do Plenário, é um mal brasileiro, mas não é só brasileiro. Muitos Parlamentos do mundo também estão ausentes. Eu, como frequentador assíduo do Plenário, acho que o momento grandioso do Parlamentar é realmente o Plenário. É no plenário que o Deputado pode mostrar seu trabalho e realmente fazer com que o próprio Parlamento tenha esta respeitabilidade que deve ter. Muitos atos cometidos no plenário têm o poder de até denegrir o próprio Poder, mas toda atuação do Plenário é a única, no meu entender, que tem a grande capacidade de dar representatividade e respeito a esta Casa.

Agora, há na estrutura brasileira do Poder Legislativo, erros terríveis. Eu chego a questionar como que Deputados que têm seis, sete legislaturas no Congresso Nacional, não se aperceberam até hoje, e esta é uma preocupação minha de tentar mudar estas coisas, como que não se aperceberam até hoje, de que não é possível termos recesso depois das eleições. Ou temos as eleições depois do recesso ou o recesso antes das eleições. Há uma cobrança impressionante da imprensa quanto à ausência dos Parlamentares no Plenário. Mas, nós temos que fazer a campanha, principalmente quem tem um mandato na mão, tem que ir atrás da sua campanha, e é evidente que não pode ficar presente no Parlamento. Isso pode ser resolvido perfeitamente com o recesso antes das eleições, a fim de que os Parlamentares tenham tempo hábil de fazer a campanha. Ficavam cobrando e a imprensa noticiava dia-a-dia e, nós, como Deputado, sentimos esses desgastes pela ausência, ou você deixa a sua campanha e fica cumprindo a presença no Parlamento, porque não há condições de se fazer duas coisas, numa Assembléia Estadual em que a maioria dos Parlamentares têm bases eleitorais anteriores, e principalmente no Congresso Nacional, em que a maioria dos Parlamentares têm que ir para os seus Estados.

Então, acho que isto contribuirá muito menos na fase pré-eleitoral, se jogarmos o recesso para depois das eleições. É uma melhoria, porque passada a eleição, há praticamente três meses em que o Deputado não precisa comparecer, e com isso há a cobrança da opinião pública, desgastando

até o próprio Poder. Com esta obrigatoriedade, uma simples mudança poderia corrigir este fato.

Então, acho que esta é uma das mudanças estruturais que nós precisamos fazer a nível de Parlamento Nacional, e que isto é perfeitamente factível e fácil de fazer; a elaboração de um calendário para a atividade parlamentar. No meu entendimento, o próprio recesso está colocado de maneira complicada para os Deputados. Terminou o período legislativo dia 5 de dezembro; nós temos dezembro, janeiro e fevereiro de recesso. Três meses, e temos também o mês de julho. Acho que se nós fizéssemos mais espaçado este recesso, de cada noventa dias, tivéssemos trinta, o Deputado podia perfeitamente fazer presença no plenário e ter trinta dias para visitar a sua base eleitoral; ao passo que, assim, nós ficamos seis meses ausente e depois tem julho, que coincide com as férias escolares, temos que dar atendimento à família, ficando privado de ir, ou vai visitar a sua base, e assim não consegue estar no Plenário.

Então, alguma mudança neste sentido, viria permitir uma maior presença no plenário. Mas, de resto eu concordo com V.Exa. de que muitos Deputados não dão valor à presença no plenário.

Realmente, não sei como que se vai corrigir isto no Brasil.

Mais alguma colocação?

O Sr. deputado Pedro Tonelli, está com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, colegas Deputados, e demais participantes.

Nesses dois dias muito importantes, nessa sabatina, nessa preparação a esse mandato que assumimos e temos que exercer com dignidade, queria simplesmente um pedido de esclarecimento, e duas sugestões à Direção da Mesa; queria um pequeno esclarecimento, embora reconhecendo que eu ainda não tive tempo de estudar profundamente todo o Regimento Interno, mas no relato do companheiro Eloy Mezzadri percebi, e não entendi perfeitamente, no seu relato, e não lembro muito bem se eu consegui entender no Regimento Interno, como que se distinguiria na tramitação dos requerimentos dos Deputados, a classificação entre a matéria sujeita a despacho do Presidente, e a matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

Então, se fosse possível esclarecer, eu agradeceria.

E daria também, duas sugestões à Mesa: a primeira que, se fosse possível, passado aos novos, principalmente, as alterações que houve no Regimento Interno, após 1979, porque neste Regimento, pelo que percebi, data de 1979. E a segunda sugestão, é de

que, se for possível também, passasse para os novos Parlamentares, os projetos que atualmente estão tramitando, que possivelmente passarão a constar da pauta de discussão e de votação nessa Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. ELOY MEZZADRI - Respondendo à pergunta do Deputado, eu reporto ao artigo 131, do Regimento Interno, que define o que seja um requerimento da seguinte maneira: "O requerimento é um pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de expediente ou de ordem por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo único. Os requerimentos são de suas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente.

II - os sujeitos à deliberação da Assembléia."

O artigo 132, especifica quais os requerimentos que ficam isentos de deliberação do Plenário e que ficam assim ao encargo do despacho direto do Presidente. São eles, a palavra ou a sua desistência em sessão plenária; a posse de Deputado; a leitura de qualquer matéria; a ratificação da ata; a inserção de declaração de voto em ata; a observância de alguns dispositivos regimentais; a retirada de requerimento verbal ou escrito; a retirada de proposição ou parecer contrário; a verificação de votação; o preenchimento de vagas nas Comissões; informações sobre a ordem dos trabalhos e a inclusão de qualquer proposição em ordem do dia nos termos deste Regimento.

Então, os demais requerimentos que nós nos referimos são aqueles solicitando a interveniência da Assembléia em algum assunto interno ou externo da Assembléia. São os pedidos, como o Sr. Deputado Algaci Túlio falou, de informação, por exemplo, a Secretário de Estado. O requerimento solicitando a presença de Secretário para que venha debater sobre determinados assuntos na Assembléia, ou aqueles solicitando alguma coisa a determinada autoridade externa da Assembléia como, por exemplo, aqueles que solicitam a interveniência do Governador do Estado num determinado segmento da sua área. O exemplo: que se proceda reparos ao colégio agrícola de tal localidade. É um exemplo rústico, mas acho que dá para elucidar mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Essa sugestão de que os senhores conheçam a matéria, que em dezembro ficou, principalmente, da Ordem do Dia, eu até solicitei ao Sr. Eloy Mezzadri que preparasse a relação e deverá chegar logo. Acho que a próxima Mesa vai enviar porque as sessões plenárias começam realmente, em março.

Mas, V. Exas. vão ter com antecedência; nós já estamos levantando toda essa matéria, principalmente aquela que está para ir à Ordem do Dia, ou seja, a matéria que já vem para o Plenário; está tramitando, e os Senhores Deputados vão recebê-la logo.

Mais alguma colocação?

Quanto às alterações, a Comissão as tem; constam aí as emendas, no final do Regimento tem os Projetos de Resolução de quando foi alterado o Regimento. E as outras, o setor das Comissões pode fornecer.

Nada mais havendo a tratar, eu gostaria de agradecer a presença de todos e desejar a todos os Senhores Parlamentares uma eficaz estada nesta Casa. Acho que é a minha última intervenção. Eu vivi doze anos dentro desta Casa, uma boa parte da minha vida e modestamente a sistemática da minha vida foi entrar das 8:00hs às 9:00hs na Assembléia e sair no fim do dia. E foi uma experiência muito grata, mas também milhões de decepções eu tive aqui; também tive alguma coisa de muito gratificante que foi, apesar de sair inconformado porque o Parlamento não é aquilo que eu acho que poderia ser, mas vivi uma fase de transformação muito grande da sociedade brasileira. Participei de um tempo em que ocupávamos a tribuna e depois íamos esperar o resultado em casa.

E hoje, graças a Deus, respiramos um clima de maior abertura, se bem que não seja bem aquele que ainda todos nós desejamos e acho que o Parlamento contribuiu muito para que a democracia viesse ao Brasil. O sacrifício de alguns mandatos parlamentares foi o grande oxigênio que veio dar liberdade ao Brasil. E a democracia, nós temos que nos lembrar de que incrivelmente no Brasil foi conquistada, dentro do próprio Parlamento. O próprio Colégio Eleitoral foi o instrumento através do qual o Brasil encontrou o mecanismo de ingressarmos num período de democracia.

Quero desejar a todos os novos Deputados, uma atuação realçada e impregnada de grande sucesso. Acho que todos vamos viver uma experiência fascinante. Ontem, deu para se perceber o enorme leque que o Poder Legislativo tem de possibilidades de recuperar o seu prestígio no Brasil.

Acho e pelo que tenho sentido dos meus colegas em Brasília, que nós deveremos, realmente, através da Federação Brasileira, tentarmos encontrar o caminho para a democracia. Não haverá democracia enquanto as coisas estiverem centralizadas na Capital Federal, enquanto a União absorver, freiar e sufocar os Estados e os Municípios. Acho que nós deveremos elaborar uma Constituição em que se permita que cada Estado encontre a sua vocação. O Brasil é uma extensão territorial tão grande que não só as diferenças telúricas, geográficas

cas são bem caracterizadas, principalmente até o componente humano que tem no Brasil. Enquanto temos em alguns Estados uma formação étnica bem caracterizada, em outros, temos uma formação que ainda precisa de uma definição, como é o caso do nosso Paraná. Um Estado dos mais novos, com gente vindo de todos os lados, que quer se afirmar e que sente pulsar um coração brasileiro.

Acho que caberá aos Srs., na elaboração da Constituinte e com a maior possibilidade, porque terão, praticamente um ano e acompanharão este processo da Constituinte e poderão então não cometer os erros que acreditam venham ser cometidos na feitura da Constituinte, porque estarão observando, vendo, assistindo e, com mais prática, com mais experiência, poderão elaborar a grande Constituição que o Estado do Paraná quer.

Só acredito que tenhamos que dar esse espaço para que a criatividade dos nossos legisladores estaduais possa realmente organizar uma das melhores Constituições do Brasil.

Por isso, quero desejar a todos os Deputados dessa Legislatura, o sucesso, pleno êxito e saímos daqui realmente felizes, por um lado, mas triste por deixarmos um ambiente de trabalho em que convivemos aqui durante doze longos anos. Quero deixar meu agradecimento penhorado aos funcionários da Assembléia Legislativa. Àqueles que são os "carregadores do piano". É verdade que nós temos um número muito grande de funcionários na Casa, muitos aqui só vêm para receber os seus subsídios, mas há outros que aqui, no dia-a-dia, na constância dos dias e dos anos gastaram as suas vidas e esses incrivelmente até são mal remunerados. Realmente, eu saio com essa angústia de não ter conseguido, até na Mesa da Executiva e na crítica quando era Oposição, de ter corrigido esta situação. Espero, desejo e faço votos de que os Senhores consigam contribuir muito para melhorar isso. Porque é uma situação que desgasta muito nosso Poder e que não contribui em nada, para que este Poder tenha respeitabilidade.

Sei também, e não é crítica a ninguém, que muitos Deputados contribuem muito tam-

bém para que isso ocorra; não só protegendo, não só cobrando às vezes das Mesas Executivas quando querem fazer determinadas mudanças e uma das questões que fez com que esse Poder praticamente envelhecesse no seu quadro de pessoal - da ausência dos concursos públicos - é que todo mundo que entra na Comissão Executiva acaba ficando com medo de realizar concurso, porque as denúncias são dentro e a partir do próprio Poder de que não há concurso honesto dentro da Assembléia Legislativa. E alguns concursos que tentamos fazer aqui acabaram precipitando mandados e mandados de segurança na justiça e questionamentos outros. Eu acho que somente o setor de taquigrafia tem realizado concurso periodicamente e por isto apresenta um nível muito bom do seu trabalho. Todos os outros setores da Casa, infelizmente os quadros não se conseguiram renovar. E há, então, esta situação incrível de que se não fossem os contratados pela CLT, a Casa, praticamente, pararia.

Deixem-me dar um depoimento que é um desabafo. Muitos dos funcionários estatutários que aqui trabalharam deixaram sua vida aqui dentro, mas este é o depoimento que pode dar nomes de funcionários que não eram estatutários e que trabalharam na Casa e após conseguirem esta condição de estatutário, viraram de uma hora para outra, "fantasmas".

Este é o depoimento triste de alguém que, durante doze anos assistiu a esta triste situação. Parece, que o grande mal de quem virou estatutário e comprometeu o critério de funcionamento.

Há muita crítica contra os celetistas, mas incrivelmente digo que alguns destes, talvez porque sua situação é de dependência, não têm a estabilidade e a garantia do estatutário, são os que trabalham.

Portanto, Srs. Deputados, muito obrigado pela presença dos Srs. e estas considerações todas feitas aqui, todos estes questionamentos, os Senhores vão receber da nova Mesa, que terá a incumbência de dirigir os trabalhos da Casa.

Encerro a sessão, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado..

(Palmas).